



RUMOS ODS

POR UMA AGENDA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO INCLUSIVO

Realização



Cofinanciamento



SUMÁRIO

3 FICHA TÉCNICA

4 INTRODUÇÃO

8 PARTE 1

9 DIRECIONADORES

- 9** 1. A liderança do setor público na transformação econômica
- 15** 2. A digitalização da economia
- 17** 3. A atenção com a sustentabilidade na geração de riqueza

20 PARTE 2

21 ESTRATÉGIAS

- 21** 1. A atenção a setores promissores
- 26** 2. A continuidade das medidas de proteção social
- 29** 3. O fortalecimento da infraestrutura
- 32** 4. O apoio às MPes
- 36** 5. Apoio ao emprego formal e a trabalhadores informais

39 PARTE 3

40 CONSIDERAÇÕES DE EQUIDADE

- 40** 1. Território
- 46** 2. Pessoas negras
- 49** 3. Mulheres
- 52** 4. Jovens
- 57** 5. Seniores

60 REFERÊNCIAS

FICHA TÉCNICA

Coordenação técnica:

Sergio Andrade, Mariana Calencio e Jessica Guedes

Coordenação administrativa:

Cristiano Becarini

Execução técnica:

Vahid Vahdat, Gabriela Benatti, Larice Ferreira e Mayara Bianco

Projeto gráfico e diagramação:

Manu Raupp

Especialistas consultados:

Francisco Gaetani - Doutor em Administração Pública pela London School of Economics and Political Science (LSE) e especialista em Políticas Públicas e Gestão governamental

Tânia Bacelar - Doutora em Economia Pública, Planejamento e Organização do Espaço pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Cláudia Leitão - Consultora em Políticas Públicas para a Economia Criativa da Organização Mundial do Comércio (OMC) e para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

Elena Landau - Economista, advogada e ex-diretora da área de desestatização do BNDES no governo FHC

Sergio Xavier - CEO da plataforma Circularis - Economia Circular. Articulador político do Centro Brasil no Clima (CBC) e ex-secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco

Ana Fontes - Fundadora da Rede Mulher Empreendedora

Sergio Serapião - Fundador do Lab60+ e cofundador do Labora Tecnologia Intergeracional

Pamela Souza - Especialista em Desigualdades e Relações Raciais com ênfase em Mercado de Trabalho pela PUC-SP

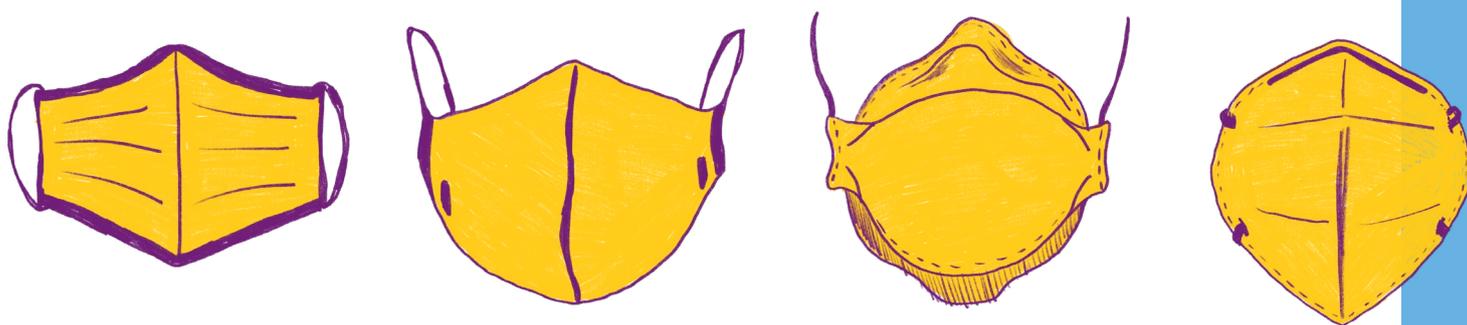
Mórris Litvak - CEO e fundador da Maturi e especialista em Mercado da Longevidade

INTRODUÇÃO

O desafio de criar uma dinâmica econômica inclusiva no Brasil não é novo. Historicamente o país viu avanços e retrocessos nesse sentido, mas sem mudanças expressivas nas suas estruturas, mantendo na atualidade marcas profundas das desigualdades. Desde 2014, o país vem passando por uma crise econômica, que está associada a mudanças nos paradigmas técnicos em que se assenta o sistema econômico e que levou não apenas à queda do nível de atividade, mas também ao aumento da informalidade, do desemprego e da pobreza. Esses desafios foram aprofundados pela pandemia de Covid-19, que gerou impactos tanto no lado da oferta como no da demanda, acelerou tendências que levam à exclusão e debilitou a capacidade de resposta das instituições (VAHDAT *et al.*, 2020).

À medida que a vacinação avança no país, o governo brasileiro nas suas diferentes esferas – federal, estadual e municipal – tem diante de si o desafio da “recuperação econômica”. Ainda que haja um consenso de que é fundamental dar atenção a esse desafio, os caminhos para enfrentá-lo ainda são pouco claros.

Os países da União Europeia, os Estados Unidos e a China, por exemplo, já lançaram seus planos de recuperação econômica, indicando a disposição clara de investir recursos expressivos para transformar suas economias (CEPAL, 2021b).





A União Europeia decidiu quase dobrar, com relação ao período anterior, os recursos no seu quadro financeiro plurianual para o período de 2021-2027 criando o mecanismo Next Generation EU para financiar um plano de recuperação de 750 bilhões de euros. Os países do bloco têm dedicado grande atenção a seus diferentes setores para identificar formas de torná-los mais verdes, inclusivos e digitais – em um movimento que já havia sido iniciado antes da pandemia.

Nos Estados Unidos, o governo Biden lançou o American Jobs Plan com 2 trilhões de dólares para investir em infraestrutura de transporte, serviços públicos e digitais, bem como em manufatura e inovação, orientando-se fortemente à mitigação das mudanças climáticas. Esse plano é acompanhado pelo American Families Plan, com um investimento semelhante, que busca reforçar o atendimento de crianças e adolescentes, programas de educação e saúde, além de reconhecer a sobrecarga de atendimento que a crise representou para as famílias, especialmente, às mulheres.

O governo chinês, em seu 14º plano quinquenal (2021-2025), propõe a construção de um modelo de desenvolvimento de “dupla circulação”, que não vê apenas as exportações como meio para o crescimento, mas também atribui grande importância ao consumo interno, além de dedicar recursos expressivos para o desenvolvimento tecnológico, a autossuficiência, a inovação e a implantação das indústrias nacionais.



Nesse contexto, que certamente trará mudanças nas relações entre os países, o Brasil ainda carece de uma visão estratégica. Sem uma rota clara, o país tende a ficar preso no caminho do baixo investimento, da alta heterogeneidade em suas estruturas econômicas, do crescimento da importância da produção de commodities e da baixa produtividade dos demais setores, e da exclusão social de grandes contingentes da população (CEPAL, 2021b).

Esta publicação dirige-se especialmente a gestores estaduais e municipais e tem como objetivo lançar luz sobre a seguinte questão: **Quais são algumas das estratégias que têm sido identificadas como promissoras para promover o crescimento econômico inclusivo no Brasil?**

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

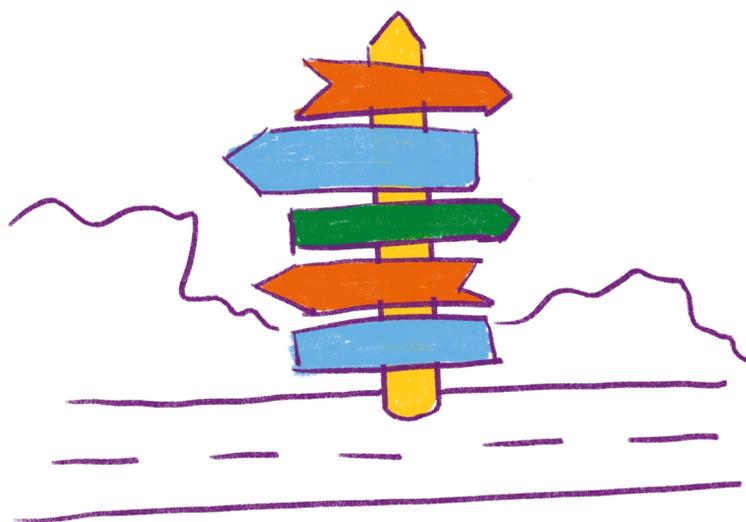
Para responder à pergunta que guia esta publicação, foram realizados dois procedimentos de pesquisa a fim de levantar insumos para a análise. Primeiro, foi realizado um levantamento de referências junto a organismos internacionais, os quais se tornaram *hubs* importantes de sistematização de conhecimento e orientação para os países durante a pandemia. Nessa revisão foram considerados os repositórios do Banco Mundial, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e do Fórum Econômico Mundial (FEM). As referências levantadas foram complementadas com buscas livres na internet, totalizando 345 referências analisadas; destas, foram priorizadas 157 para compor as discussões aqui apresentadas.

Em seguida, o levantamento bibliográfico foi complementado pela realização de oito entrevistas com atores-chave do país. Uma parte das entrevistas teve como foco principal estratégias para promover o crescimento econômico, enquanto outra parte buscou dar atenção especial aos desafios da equidade. O conteúdo das entrevistas também foi enriquecido com a revisão de painéis selecionados do Festival ODS, promovido pela Agenda Pública nos dias 25 e 26 de maio de 2021, e com a participação da equipe de pesquisa em outros eventos.

A mensagem geral desta publicação é que o desafio que se apresenta para estados e municípios não é bem representado pela expressão “retomada econômica”. No período pós-pandemia, existe a oportunidade de repensar a atividade econômica, uma vez que a forma como ela vinha se organizando não é capaz de atender às novas demandas da vida da sociedade. Nesse sentido, é possível definir uma agenda de crescimento econômico que esteja sintonizada com as tendências em curso e que busque ampliar as possibilidades de inclusão.

Esta publicação busca oferecer uma aproximação ao que poderia constituir uma agenda de crescimento inclusivo e está organizada em três partes. A primeira parte discute a importância de assumir que essa agenda de crescimento tome como direcionadores a liderança do setor público, a digitalização das atividades e a preocupação com a sustentabilidade. Esses três direcionadores devem permear e ser tomados como pano de fundo das estratégias mencionadas nas seções subsequentes. Já na segunda parte são apresentadas cinco estratégias complementares para promover o crescimento econômico. Tais estratégias abordam diferentes vias, mas são melhor entendidas como um conjunto que deverá ser mais bem definido a partir das circunstâncias de cada estado ou município. Por fim, a terceira parte atenta-se à questão da equidade, destacando os desafios e recomendações específicos relacionados a cinco dimensões: i) território; ii) raça; iii) gênero; iv) juventude; e v) seniores. A discussão indica que, frente às diferentes condições dos grupos da população, o poder público terá de adotar componentes ou estratégias específicos para ser efetivo em um contexto marcado pela diversidade.

Esperamos que as reflexões aqui apresentadas possam subsidiar a deliberação e a tomada de decisão de gestores públicos sobre os rumos da atividade econômica em nosso país. Além disso, convidamos outros pesquisadores e instituições a contribuírem para o debate sobre a promoção do crescimento econômico inclusivo no país em um contexto de profundas transformações.



The background is a solid orange color with several white, wavy, hand-drawn lines that meander across the page, creating a sense of movement and organic form. The lines vary in thickness and curvature, some crossing each other.

PARTE 1

DIRECIONADORES

Para que o processo de recuperação econômica contribua para uma progressiva transformação da estrutura econômica, é necessário que as políticas empreendidas no curto prazo estejam conectadas com uma visão de longo prazo (CEPAL, 2021b). Dessa forma, é fundamental considerar três direcionadores principais: a liderança do setor público na transformação econômica, a digitalização da economia e a atenção com a sustentabilidade na geração de riqueza. Essas três dimensões foram consideradas como “direcionadores”, porque devem guiar e servir de pano de fundo para todas as estratégias empreendidas. A seguir, cada um desses direcionadores é brevemente discutido.

1 A LIDERANÇA DO SETOR PÚBLICO NA TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA

O debate sobre o papel do governo na atividade econômica é polarizado na maior parte das vezes. De um lado se colocam aqueles a advogar que o que cabe ao governo é simplificar e flexibilizar as regras na economia, permitindo que o setor privado promova a recuperação econômica ao impulsionar uma agenda de produtividade. Por outro lado são defendidas ideias de que o governo seria capaz de promover as mudanças necessárias por si só, mobilizando os instrumentos que tem à disposição e gerando resultados para toda a sociedade. Nesta publicação assumimos que, apesar das divergências, é possível assumir uma posição intermediária, que reconhece o papel diferenciado do governo, do setor privado e da sociedade civil e que atribui importância tanto ao aumento da produtividade como à inclusão social.

Nesse contexto, é fundamental que o governo exerça papel de liderança na articulação junto às empresas e à sociedade civil. As empresas são eficientes em alocar os recursos existentes, mas a sua atuação para pensar o futuro a partir de metas normativas, como criar uma economia mais verde ou reduzir a desigualdade social, é limitada se não contar com os devidos incentivos e com um horizonte claro e estável oferecido pelo poder público. Por sua vez, a sociedade civil tem demonstrado grande vitalidade e capacidade de mobilização em meio às restrições impostas pela pandemia de Covid-19, no entanto seus resultados permanecerão limitados se não contarem com o impulso que a política pública pode conferir. O setor público é o ator que possui a capacidade de articular os diferentes agentes em todas as esferas e instâncias da sociedade visando a atingir os objetivos definidos.

Nas circunstâncias atuais, não é suficiente que o governo atue para consertar mercados quando eles falham: é preciso conectar a atividade econômica com missões concretas e com o desenvolvimento de capacidades (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021; MAZZUCATO; PENNA, 2020). Os diversos desafios impostos pela pandemia ao longo dos últimos meses criaram um espaço para se repensar o papel do governo frente aos desafios sociais. Há uma maior abertura para a adoção de políticas fiscais e monetárias expansionistas de longo prazo acompanhadas de novas abordagens para pensar o desenvolvimento produtivo, o mercado de trabalho e o bem-estar (CEPAL, 2021b). No contexto atual, cabe ao setor público criar e desenvolver capacidades que possam traduzir os desafios sociais em missões concretas, definir rumos e estimular um processo de inovação que molde tecnologias, setores e mercados. Uma abordagem orientada por missões busca estabelecer uma conexão entre a taxa de crescimento da economia e a sua direção (GOMIDE; PIRES, 2016; MAZZUCATO; PENNA, 2020).

Diante disso, é importante ver o papel do setor público não como uma “burocracia onerosa”, mas como um “cocriador de mercado”.

O mercado é uma instituição importante no processo de desenvolvimento, e o Estado representa um papel estratégico no desenho e na implementação de políticas. Assim, cabe ao Estado criar e gerenciar as instituições e os ambientes institucionais adequados (GOMIDE; PIRES, 2012). O objetivo em várias indústrias é desenvolver e integrar um novo conjunto de produtos, serviços e modelos de negócios que forneçam soluções para os problemas que a sociedade enfrenta, assim como estabelecer novas estruturas de mercado que distribuam o valor econômico criado de forma mais justa entre trabalhadores e empresas, níveis de renda e divisões geográficas (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021).

Estados fracos e desorganizados aprofundam os problemas, enquanto um aparato de Estado competente e líderes eficazes são fatores de sucesso (FUKUYAMA, 2020). As respostas governamentais mais efetivas minimizam as perdas desnecessárias e são capazes de acelerar a retomada das atividades econômicas e sociais. Pelo menos nas últimas quatro décadas, os países do Ocidente que reduziram a capacidade de atuação dos seus Estados vivenciaram uma redução do crescimento econômico e um aumento das desigualdades distributivas. Por outro lado, os Estados que preservaram a densidade do setor público e buscaram desenvolver diferentes dimensões de capacidades tiveram mais sucesso em seu desenvolvimento e no enfrentamento da pandemia de Covid-19 (CUNHA; FERRARI, 2020). Isso não quer dizer que o Estado deva atuar sozinho ou que tenha capacidade para isso, mas que o setor público é a principal força motriz do desenvolvimento. Nesse sentido, também não importa o tamanho do Estado, mas, sim, sua capacidade de mobilizar recursos, atores e instituições em prol de um objetivo comum (BOSCHI, 2018).

No contexto do federalismo brasileiro, em que recursos e capacidades se distribuem de maneira desigual, é fundamental considerar as parcerias entre as diferentes esferas de governo.

Há uma grande concentração de recursos e capacidades na esfera federal, enquanto estados e municípios enfrentam um contexto de maior restrição em geral (ARRETCHE, 2012). Grande parte dos municípios do país possui menos de 50 mil habitantes e um nível restrito de capacidade institucional. Os pequenos municípios, em geral, são economicamente frágeis, não têm força para dinamizar a economia local nem gerar receitas fiscais necessárias para manter em funcionamento as funções públicas básicas (GOMES; FERREIRA; AM NCIO, 2017). À medida que o governo federal opta por não exercer um protagonismo que poderia permitir a coordenação nacional ao redor da recuperação econômica, torna-se altamente estratégico o estabelecimento de parcerias entre estados e municípios (LOTTA, 2017). Torna-se estratégico também o aproveitamento das aptidões dos municípios maiores, que contam com mais capacidade institucional, burocrática, financeira e política.

Isso não quer dizer que os pequenos e médios municípios não possam exercer iniciativas interessantes. Pelo contrário, há um grande conjunto de experiências no país que surge dos pequenos municípios. Mas as possibilidades tendem a se ampliar na medida em que se estabelece a cooperação com municípios vizinhos e com o governo estadual. Além disso, os governos municipais podem aproveitar o tecido de organizações mobilizado para enfrentar os desafios sociais desencadeados pela pandemia e criar formas de participação e controle social para estabelecer soluções inovadoras e acompanhar a implementação das políticas definidas.

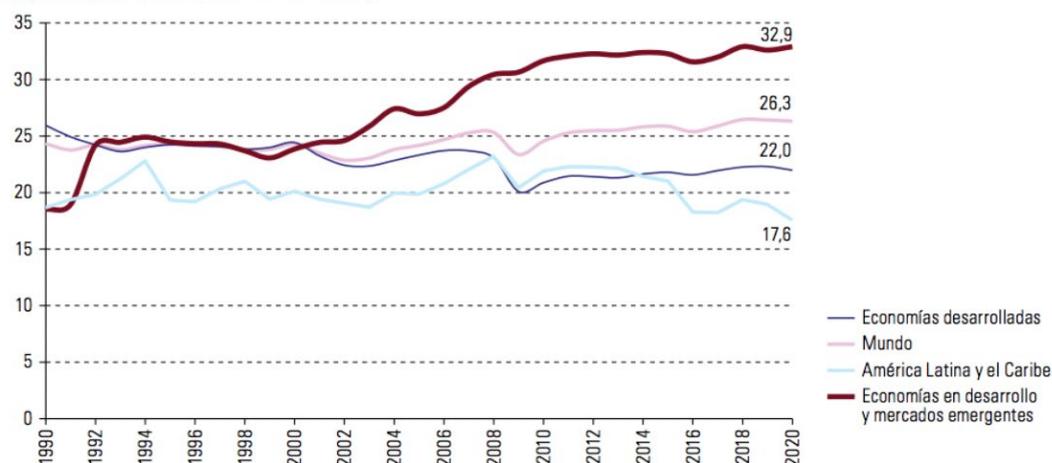


O desafio do financiamento das estratégias

Assumir esse papel de liderança tem implicações para a disposição dos governos de realizar investimentos e para o tipo de orientação que se dá às instituições financeiras que operam sob sua instrução. Ao longo dos últimos anos, a taxa de investimento dos países latino-americanos tem se reduzido, seguindo uma tendência contrária ao que ocorre nas economias desenvolvidas e nas economias de países em desenvolvimento e mercados emergentes, como é possível observar no gráfico abaixo.

Gráfico 24 | Relación entre inversión y PIB, 1990-2020

(En porcentajes, sobre la base de dólares corrientes)



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de datos de Fondo Monetario Internacional (FMI), World Economic Outlook Database, abril de 2021 [en línea] <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April>.

Fonte: CEPAL, 2021b

Promover a recuperação econômica exige fornecer um capital estratégico de longo prazo e paciente que permita facilitar essa transformação (MAZZUCATO; PENNA, 2020). Ao buscarem grandes retornos ou saltos imediatos em seus investimentos e com alto grau de segurança, os governos acabam negligenciando oportunidades. É preciso tanto ter maior abertura ao risco como considerar caminhos de investimento que ofereçam avanços incrementais ao longo de um período mais estendido.

Naturalmente as possibilidades de investimento variam de lugar para lugar, e cabe aos gestores avaliar a situação fiscal em relação à receita própria e de transferência, seu nível de endividamento, assim como o volume e a natureza dos gastos para direcionar as decisões de governo.

No entanto, é importante manter em vista que um município, por exemplo, pode ampliar as suas possibilidades de investimento, tornando o seu gasto atual mais eficiente. Entre as medidas que podem ser tomadas nesse sentido estão: potencializar o uso dos dados cadastrais das empresas da REDESIM para a melhoria da cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS); revisar o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), considerando as alíquotas progressivas, e atualizar o cadastro, que deve ser multifinalitário, e a planta genérica de valores para refletir os valores atuais de mercado e disparidades do município; utilizar mecanismos de captura de valor da terra, como a Contribuição por Melhoria; analisar a folha de pagamento para eliminar erros e duplicidades; identificar imóveis e sua utilização; gerir a dívida ativa; e buscar auxílio para aprimorar a gestão técnica e financeira do município em programas como o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) (BID, 2021). No médio prazo, os governos também podem considerar a realização de mudanças na sua estrutura tributária para torná-la mais justa e viabilizar o investimento (CEPAL, 2021b).

Além disso, os estados e municípios podem buscar mobilizar recursos do setor privado por meio de parcerias ou concessões, acessar novas fontes de financiamento no âmbito internacional e explorar estratégias inovadoras. Com relação ao acesso a recursos do exterior, é fundamental desenhar bons projetos de investimento que estejam alinhados com as tendências atuais, como a digitalização da economia e a sustentabilidade, e que respondam às necessidades da população. Em vista disso, a capacidade técnica dos estados pode ser instrumental para apoiar os municípios no desenho de propostas. Adicionalmente, pode-se explorar estratégias inovadoras de financiamento, como a Plataforma de Investimentos do Consórcio Nordeste, para financiar as políticas públicas de fomento e apoio à produção da agricultura familiar, ou o Programa de Financiamento Popular da Agricultura Familiar para Produção de Alimentos Saudáveis (Finapop) (FURTADO, 2020).

Outro exemplo de estratégia inovadora é o *blended finance*, um modelo de finanças mistas com juros baixos que tem como objetivo ampliar os recursos disponíveis para projetos sustentáveis em países em desenvolvimento. Essa estratégia é fortemente recomendada para preencher lacunas de financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e apoiar a implementação do Acordo de Paris (OCDE, 2017). Essas finanças mistas podem ser provenientes do setor privado, do setor público ou de organizações multilaterais. O capital pode ser filantrópico, constituído basicamente por doações e fundos patrimoniais, ou ser financeiro tradicional (OXFAM, 2017). Mercados financeiros locais eficientes e a existência de financiamento do desenvolvimento são importantes para que o *blended finance* possa amparar as necessidades, prioridades e capacidades de desenvolvimento local. Esse tipo de financiamento pode oferecer apoio a negócios que atendem a consumidores locais e criam trabalhos decentes, em especial para as MPEs (Micro e Pequenas Empresas). A experiência de Bangladesh com esse tipo de financiamento durante a pandemia mostrou que um olhar mais atento sobre a eficácia da implementação de projetos de *blended finance* e sobre a mobilização de financiamento privado adicional será uma estratégia fundamental para apoiar o cumprimento dos ODS (OCDE, 2020a). Nesse sentido, os governos podem identificar empresas e setores com forte potencial de criação de empregos e, assim, estimular uma aproximação com provedores de *blended finance* (OCDE, 2020b).

As finanças verdes, que são as atividades financeiras criadas com o objetivo de garantir um melhor resultado ambiental, também são exemplos de inovações financeiras (FLEMING, 2020). No Brasil, há uma série de iniciativas de finanças verdes, como as empreendidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para desenvolver o mercado de títulos verdes. Além disso, mais de 50% do portfólio de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é dedicado a ativos verdes e sociais, com perspectivas de ampliação para o investimento especialmente em infraestrutura (BNDES, 2020). Apesar da oferta de recursos disponíveis, muitos municípios ainda encontram desafios para acessá-los, como barreiras institucionais, elevados níveis de endividamento, falta de capacidade técnica para preparar projetos de infraestrutura e desconexão com o setor privado. Possíveis caminhos para que as lideranças locais possam otimizar o acesso aos recursos disponíveis são a capacitação sobre as linhas de financiamento e os critérios de seleção, bem como uma aproximação dos governos locais com bancos e agências de desenvolvimento e com o setor privado (ICLEI, 2021).

1. Mais informações sobre o lançamento da Plataforma de Investimentos do Consórcio do Nordeste podem ser encontradas aqui.

Em cada contexto será necessário definir quais estratégias são prioritárias. Um governo não pode promover todas as ações possíveis para a recuperação econômica, pois é preciso selecionar as vias mais estratégicas que podem abrir caminhos futuros ou que se mostram mais urgentes. Pode-se considerar, por exemplo, quais são os setores que foram mais afetados pela crise, ou que têm maior participação no PIB municipal, ou que sejam PMEs (Pequenas e Médias Empresas) e que, por essas razões, exigem maior atenção. Ao conceder subsídios, pode-se dar prioridade às empresas mais produtivas e àquelas que reúnam condições de solvência, ou ainda aos setores que promovam tecnologia e baixa emissão de carbono (BID, 2021). Grande parte desta publicação busca sugerir possíveis prioridades para gestores públicos, no entanto a sua definição dependerá em grande medida da análise cuidadosa de cada contexto.

Por fim, é importante que as decisões de investimento sejam feitas com responsabilidade. Assim, pode ser útil estabelecer tratativas com os órgãos de controle relacionados para que sejam definidas estratégias que confirmam agilidade e transparência às ações. Em um contexto no qual diferentes medidas serão testadas, também é importante que haja tolerância ao erro e espaço para a experimentação ao mesmo tempo que se incorporem as aprendizagens adquiridas. O receio da punição que poderia ser imposta por mecanismos de controle a gestores públicos pode ser um obstáculo para as ações a serem empreendidas em um contexto em grande medida desconhecido (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021).

2

A DIGITALIZAÇÃO DA ECONOMIA

A digitalização da economia é uma tendência que vem se aprofundando ao longo das décadas. Numa revolução que começou a ocorrer nos anos 1980, a introdução da computação e da internet progressivamente levaram ao surgimento de uma economia conectada, caracterizada pelo uso massivo da internet e pela implantação de redes de banda larga. Com o tempo, a economia digital se desenvolveu por meio do surgimento de modelos de negócios que ofereciam bens e serviços pelas plataformas digitais. Mais recentemente, a digitalização está avançando por meio da integração de tecnologias digitais, como redes móveis de quinta geração (5G), Internet das Coisas (IoT), computação em nuvem, inteligência artificial, análise de *big data*, robótica, entre outras, aprofundando a interação entre a economia tradicional e o mundo digital (CEPAL, 2021a; FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021; OIT, 2021a).

A digitalização foi acelerada durante o período da pandemia, o que afetou o funcionamento das empresas e dos governos (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021; OIT, 2021a). Muitas empresas recorreram ao uso de recursos digitais para garantir o funcionamento dos seus negócios. Atividades de baixa complexidade foram substituídas pela automação, o uso de plataformas virtuais para comercializar produtos e serviços foi ampliado, o teletrabalho foi incorporado como uma estratégia por diversas empresas e habilidades digitais se tornaram um requisito e diferencial entre os trabalhadores. Da mesma forma, os governos se viram obrigados a mudar seus esquemas de trabalho e encontraram nas plataformas digitais novas formas de alcançar a população (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021; VAHDAT *et al.*, 2020). À medida que se aproxima o fim da pandemia, é evidente que as atividades não voltarão a ser como antes – a digitalização continuará a se aprofundar.

Nesse contexto, é fundamental que os gestores públicos municipais e estaduais preparem a economia local para a digitalização, reconhecendo o seu potencial para a inclusão e a exclusão. Esse preparo para a digitalização tem várias implicações, como será discutido ao longo da segunda parte desta publicação, abrangendo o desenvolvimento da infraestrutura, a aquisição de dispositivos, a capacitação de pessoas em habilidades digitais e a transformação dos negócios. Nesse caminho, há um potencial para a inclusão de mais pessoas no mercado de trabalho, como, por exemplo, pelo acesso a mercados por meio do comércio eletrônico e pelas maiores oportunidades de emprego em áreas associadas às novas tecnologias. No entanto, também existe um grande potencial para a exclusão – principalmente para os grupos minoritários e para a população mais pobre – devido à substituição de postos de trabalho pela automação, ao baixo acesso à internet de qualidade e à falta de habilidades digitais. Cabe aos gestores públicos desenhar um processo de transição que permita que grupos de pessoas não fiquem para trás, o que pode exigir o uso de medidas de proteção social (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021; OIT, 2021; VAHDAT *et al.*, 2020).

A transição para uma economia digitalizada pode se beneficiar de parcerias com o setor privado. Enquanto os governos podem financiar a requalificação e programas de educação profissional tendo em vista as necessidades do tecido produtivo, as empresas podem desempenhar um papel importante no processo de formação e indicação das vagas que precisam ser preenchidas (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021).



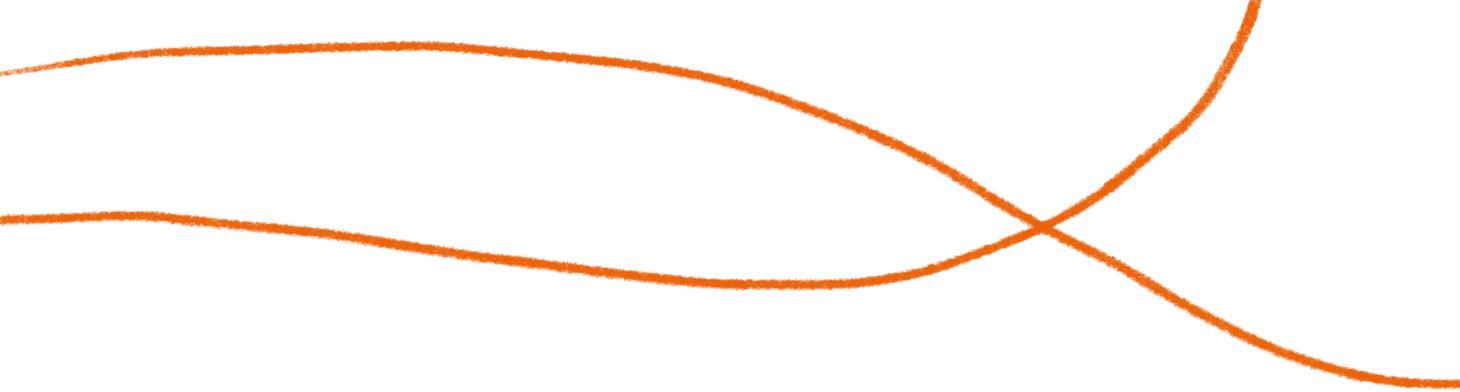
3

A ATENÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE NA GERAÇÃO DE RIQUEZA

Desde a década de 1970, conferências têm sido realizadas para discutir questões ambientais, envolvendo um debate que cresceu ao longo do tempo e ganhou ímpeto recentemente devido a dois movimentos. Por um lado, a questão ecológica está cada vez mais presente nas políticas macroeconômicas. As políticas de recuperação econômica da União Europeia, dos Estados Unidos e da China, mencionadas na introdução desta publicação, são exemplos claros nesse sentido. O segundo movimento vem ocorrendo no âmbito do setor privado. Ainda que induzidas pelo comportamento dos consumidores, algumas empresas têm incorporado o olhar para a sustentabilidade em seus portfólios e explorado as suas implicações para as diferentes dimensões do negócio, como propõe a discussão de ESG (*Environmental, social and corporate governance*) (VIANA, 2021). Nesse contexto, reforçado por relatórios científicos inequívocos (LEVIN; WASKOW; GERHOLDT, 2021), reconhece-se cada vez mais que a atenção à sustentabilidade é um imperativo da atualidade.

A atenção à sustentabilidade pode se dar tanto no contexto rural como no urbano e tem recebido o interesse crescente de investidores. Com relação às áreas rurais, a agenda da sustentabilidade é comumente associada ao combate ao desmatamento ilegal e à agricultura de baixo carbono. No âmbito urbano, a discussão de sustentabilidade se associa em especial à agenda da União Europeia do desenvolvimento de cidades, da infraestrutura, da energia e da qualidade de vida. O que se busca são novas formas de desenvolver, empregar e gerar riqueza, preservando os recursos naturais. Com vistas a essas estratégias, no âmbito internacional, existem oportunidades crescentes de financiamento para projetos e há bancos comerciais dentro dos países criando linhas de crédito especiais para empresas que apresentem práticas sustentáveis (HEREDIA ZURITA; DINI, 2021; OIT, 2021a).

A transição para uma economia verde ou de baixo carbono exigirá mudanças expressivas na estrutura produtiva. Há um consenso internacionalmente de que, para atenuar a mudança climática, é necessário neutralizar as emissões líquidas de carbono. Para isso, setores estruturais, como energia elétrica e infraestrutura, que demandam grandes investimentos, deverão adotar aspectos ecologicamente mais sustentáveis e tecnologias verdes. Similarmente, empresas terão de introduzir novas tecnologias e se adaptar a novos modelos de negócios. Os investimentos que serão necessários poderão ser compensados com o surgimento de novas oportunidades, trazendo inovações em diferentes cadeias produtivas e até mesmo a criação de novos setores e empregos (HEREDIA ZURITA; DINI, 2021; OIT, 2021).



Há estudos que indicam que a adoção do modelo de economia verde pode trazer resultados positivos para o Brasil. Por exemplo, segundo estudo do WRI Brasil (ROMEIRO, 2020), a adoção de um modelo desse tipo no período pós-pandemia pode adicionar R\$ 2,8 trilhões ao PIB brasileiro e gerar 2 milhões de empregos em uma década, além de tornar o país mais resiliente às mudanças climáticas. Os resultados se darão caso o Brasil adote um modelo econômico envolvendo medidas que reduzam a emissão de poluentes, assim como a perda e o desperdício de alimentos, e que ampliem a produtividade agrícola e reduzam o desmatamento. Nesse contexto, setores como agricultura, indústria e infraestrutura poderiam ganhar competitividade e os resultados poderiam ser percebidos no curto prazo.

O desenvolvimento tecnológico pode ser um dos vetores para a transição para uma economia mais verde, que, por isso, pode ser pensada de forma combinada com a transição digital. O estudo SMARTer (2030) estimou que, ao implementar soluções digitais em diferentes setores da economia, as emissões globais totais de dióxido de carbono (CO₂) poderiam ser reduzidas em 12 gigatoneladas (Gt) até 2030, promovendo um caminho para o crescimento sustentável. A contribuição mais significativa para essa redução estaria associada a soluções de mobilidade, seguida por aplicações nos setores de manufatura e agrícola. Os dados sobre tráfego em tempo real, iluminação e logísticas inteligentes, entre outras soluções habilitadas digitalmente também podem reduzir CO₂ em 3,6 Gt. A fabricação inteligente, incluindo manufatura virtual, produção centrada no cliente, cadeias de suprimentos circulares e serviços inteligentes, poderia diminuir 2,7 Gt de CO₂. Além da redução de emissões de carbono, outros benefícios seriam o aumento da produção agrícola em 30%, a economia de mais de 300 bilhões de litros de água, a redução da demanda de petróleo em 25 bilhões de barris por ano e a diminuição de mais de 135 milhões de veículos na frota global. Naturalmente, nem sempre mais tecnologia trará mais benefícios ambientais. O uso de tecnologias também pode causar efeitos negativos, como o consumo de energia, a degradação ambiental e a elevação do “lixo tecnológico”. Por isso, é fundamental buscar equilíbrio entre o uso de tecnologias e a sustentabilidade (HEREDIA ZURITA; DINI, 2021).

Nesta discussão, é importante observar que, por vezes, a preocupação com a economia verde não vem associada a um aumento da inclusão de pessoas no mercado de trabalho. Por exemplo, a ênfase em atividades de conservação ambiental pode inviabilizar os meios de subsistência de populações que vivem em áreas rurais e nas florestas, forçando-as a se mudarem para outros lugares. Da mesma forma, a imposição de regulações que não permitam o tempo hábil para empresas se adequarem a novas exigências pode destruir empregos. Ao mesmo tempo, há casos em que podem ser criadas novas oportunidades, como no uso sustentável da biodiversidade, em práticas sustentáveis na agricultura para oferecer serviços ambientais e nas atividades implicadas na economia circular (VAHDAT *et al.*, 2020). Atuar de maneira sustentável envolve buscar os caminhos em que o processo de criação de riqueza não deixe ninguém para trás.

Nesse contexto, o setor público possui um papel fundamental direcionando investimentos, estabelecendo sistemas de incentivos e integrando a dimensão ambiental às políticas de emprego e economia. A criação de empregos verdes requer a coordenação de um conjunto de políticas financeiras e industriais, assim como de emprego, educação e desenvolvimento de competências. Assim, é necessário que as políticas contenham elementos de incentivos fiscais e investimento catalítico em setores promissores e de treinamento e desenvolvimento de habilidades, incluindo requalificação como parte de programas ativos do mercado de trabalho (OIT, 2021a). Além disso, para os grupos que forem adversamente afetados pela transição para a sustentabilidade, será preciso definir estratégias de compensação (OIT, 2020a).



PARTE 2

ESTRATÉGIAS

Tomando como pano de fundo os três direcionadores apontados na discussão anterior, foram identificadas cinco estratégias que podem ser mobilizadas pelos governos municipais e estaduais para promover o crescimento econômico inclusivo. As estratégias identificadas são: **1)** a atenção a setores promissores; **2)** a continuidade das medidas de assistência emergencial; **3)** o fortalecimento da infraestrutura; **4)** o apoio às pequenas e médias empresas; e **5)** o apoio ao emprego formal e aos trabalhadores informais. Na discussão de cada uma dessas estratégias, são identificadas diferentes medidas mais específicas que poderiam ser consideradas.

As possibilidades apresentadas a seguir podem oferecer indicações de diferentes tipos de ações que poderiam ser empreendidas. No entanto, a definição do que será realizado dependerá em grande parte da avaliação dos gestores públicos sobre a realidade social em que se encontram e quais medidas podem ser mais estratégicas.

1

A ATENÇÃO A SETORES PROMISSORES

Como foi discutido anteriormente, a atividade econômica não voltará a ser como era antes da pandemia de Covid-19. O desafio que se apresenta aos governos é o de transformar a atividade econômica, privilegiando setores ou atividades mais dinâmicos, produtivos, mais inclusivos, verdes, justos e sustentáveis, observando-se ainda tanto a quantidade como a qualidade do emprego (OIT, 2020a). Diante disso, é importante reconhecer as disrupções em curso na atividade econômica e adotar um olhar de longo prazo, já que esse processo de transformação pode levar alguns anos. É preciso refletir sobre quais são os “setores portadores de futuro” e que poderiam ser desenvolvidos num determinado estado ou município, considerando suas potencialidades.

A identificação desse potencial econômico “portador de futuro” é um processo de “autodescoberta” que, para ser efetivo, deve envolver diversos atores e o tecido produtivo na análise de custos e oportunidades. Esse processo de autodescoberta e coordenação estratégica pode incluir o governo, pesquisadores, tanto grandes empresas como as pequenas e médias – que com frequência são responsáveis por grande parte dos empregos –, assim como organizações representativas. As análises e deliberações podem ser repetidas ao longo do tempo para identificar mudanças e novos desafios e, se necessário, mudar de direção. Esse processo de autodescoberta rigoroso não só leva a uma compreensão realista dos desafios, oportunidades e mudanças, mas também pode permitir o tipo de diálogo que leva à adesão de todas as partes interessadas (OIT, 2020a).

Para apoiar esse processo dinâmico de mapeamento das oportunidades disponíveis em novos setores e naqueles que se recuperam mais rapidamente, os governos podem se beneficiar da análise de dados. Em alguns estados ou municípios, esses dados podem não estar disponíveis ou ser de difícil acesso. Nesse contexto, os governos podem deliberar como aprimorar a sua coleta e análise de dados para subsidiar o seu processo de tomada de decisão (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021).

Enquanto as possibilidades são diferentes em cada estado ou município, por meio da pesquisa realizada, foi possível identificar alguns setores promissores para promover o crescimento econômico e criar oportunidades de inclusão. A seguir, essas oportunidades são descritas brevemente.

a

TICs e novas tecnologias – Impulsionada pela digitalização da economia, a expectativa de investimentos na área de novas tecnologias já era de crescimento antes da pandemia de Covid-19 e foi, então, acelerada. Entre os desafios para o crescimento do setor no país estão o acesso limitado à internet de qualidade e a dispositivos eletrônicos em algumas regiões, assim como a escassez de profissionais formados na área. As oportunidades geradas pelas novas tecnologias não se limitam a um único setor; elas podem ser inseridas em diversas atividades. Em especial, tem-se ressaltado o seu potencial para novas aplicações nos campos da saúde, da educação e da agricultura (BRASSCOM, 2019; VAHDAT et al., 2020). Para avançar nesse sentido, será estratégico que os governos apoiem a ampliação da rede de internet no país, inclusive adotando a tecnologia 5G, promovam programas de transformação digital para empresas e de capacitação na área de tecnologia, e ainda estimulem o desenvolvimento de inovações digitais para apoiar os seus setores.

b

Bioeconomia – Com a crescente valorização da sustentabilidade na atividade econômica, a bioeconomia também tem ganhado relevância como uma possibilidade promissora. Ainda não há consenso quanto à definição de bioeconomia, no entanto, em geral, assume-se que ela abarca um conjunto de atividades nas quais os blocos de construção básicos para materiais, produtos químicos e energia são derivados de recursos biológicos renováveis (McCORMICK; KAUTTO, 2013). Assim, a bioeconomia possibilita fortalecer as relações entre as atividades do setor primário, como a agricultura, e as atividades da indústria de transformação e dos serviços. É uma oportunidade para a agricultura brasileira – que tem se mostrado um setor sólido na economia do país – aprofundar a sua contribuição para o desenvolvimento econômico por meio da produção de alimentos, fibras, energia e novos produtos (SILVA et al., 2018). A discussão sobre a bioeconomia é especialmente intensa no contexto da Amazônia, em que o potencial de diferentes produtos nativos – como o açaí, o cacau, a pupunha, a castanha-do-brasil, o cupuaçu e o camu-camu – tem sido explorado (ABC, 2020). Nesse contexto, as parcerias com AgTechs (startups agrícolas), centros de pesquisa e empresas médias ou grandes que utilizam produtos naturais (como a Natura) podem ser estratégicas.



Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) – Para além da prestação de serviços valiosos para a vida da população, o campo da saúde também pode constituir um elemento central do desenvolvimento econômico. O conceito de complexo econômico-industrial da saúde leva ao reconhecimento de que o setor da saúde envolve a produção de materiais cirúrgicos ou médicos, insumos de diagnósticos laboratoriais, medicamentos, vacinas, entre outros. Atualmente, o setor da saúde representa 9% do PIB brasileiro, 9% dos empregos formais e um terço do esforço de pesquisa do país. Assim, o investimento no CEIS é uma oportunidade para transformar um desafio nacional em uma fonte de demanda estrutural para o setor de produção e de avanço tecnológico para o país, com centralidade na qualidade de vida e na sustentabilidade ambiental (GADELHA *et al.*, 2021). No Brasil, a discussão sobre o CEIS tem sido especialmente impulsionada pela Fiocruz.



Economia do cuidado e economia prateada – Cerca de 16% da população brasileira era composta por idosos em 2019 (IBGE, 2020) e espera-se que o Brasil terá a quinta população mais idosa do mundo em 2030 (JORNAL DA USP, 2018). Com o avanço do envelhecimento da população brasileira, cresce a demanda por trabalhos de cuidados com a saúde da população idosa (economia do cuidado). Há desafios relevantes para o desenvolvimento deste mercado, como a não regulamentação da atividade das cuidadoras e a ausência do Estado no financiamento dessas atividades, sendo muitas vezes exercidas de forma não remunerada (HIRATA; GUIMARÃES, 2020). Por outro lado, o envelhecimento da população também tem levado à ampliação da demanda por outros produtos e serviços adequados para esse grupo etário (economia prateada) em setores como saúde, tecnologias, habitação, transporte, alimentação e turismo, os quais podem ser promissores para promover a atividade econômica e a geração de empregos (VAHDAT *et al.*, 2020). Contudo, o Estado ainda atua como coadjuvante no processo de organização dos serviços para a população idosa. Existe um grande potencial a ser explorado do ponto de vista desse público como consumidor e trabalhador, e as iniciativas que têm sido desenvolvidas pelo terceiro setor² no país podem servir de inspiração para os gestores públicos.



2. Algumas iniciativas brasileiras nas áreas de cuidado e economia prateada podem ser identificadas no capítulo 2 do estudo sobre longevidade da Fundação Dom Cabral em parceria com a Unimed-BH e a Hype50+ (FDC, 2020).



Economia criativa – A importância da economia criativa tem sido progressivamente reconhecida ao longo da última década, sendo a Declaração de Roma dos ministros da Cultura dos países do G20 um marco nessa trajetória (ITAÚ CULTURAL, 2021). A economia criativa abarca o conjunto de atividades intelectuais e culturais que exigem o uso da imaginação criativa para criar, produzir e distribuir bens e serviços. Essas atividades estão associadas à inovação e podem ser estratégicas em promover a mudança cultural que está implicada na transformação da economia discutida nesta publicação. Essas atividades são tipicamente intensivas em mão de obra e, ainda que abarquem a grande indústria criativa, as ações neste caso podem considerar, em especial, o apoio aos pequenos negócios e produtores da economia cultural, os quais muitas vezes se encontram na informalidade. A economia criativa é capaz de gerar inclusão, valorizar a diversidade cultural e promover a sustentabilidade ao utilizar expressões próprias de cada lugar (BRASIL, 2011). Para tanto, os governos precisam estabelecer uma maior conexão entre a política cultural e a política econômica. Com base em um levantamento de dados sobre o setor, os governos podem direcionar recursos para atividades culturais, ao mesmo tempo que investem na formação de empreendedores criativos, com capacidades digitais e de gestão com vistas ao ganho de escala, e aproveitam os eventos culturais para promover o desenvolvimento de inovações (TFCC, 2019).



Alimentos e produtos saudáveis – Impulsionada por mudanças nas preferências dos consumidores, a demanda por produtos saudáveis tem se tornado uma via promissora para a inserção de pessoas no mundo do trabalho. As atividades nesse sentido podem incluir a produção orgânica de alimentos e o seu processamento, ou a exploração e a produção sustentáveis de produtos da floresta, assim como atividades de comercialização e logística. Para identificar esses tipos de produção, o Brasil conta com uma diversidade de certificações, como os selos de qualidade e as indicações geográficas. Outros tipos de selos vêm sendo estimulados, como os de Produção Integrada, focados na adequação dos processos produtivos para a obtenção de produtos de qualidade a partir de boas práticas agrícolas, monitoramento e rastreabilidade da produção (EMBRAPA, [202-?]). Os desafios associados a essas oportunidades são o custo mais elevado dos produtos, a dificuldade de adequação de alguns produtores aos requisitos dos sistemas de produção e regras das certificações, além da consciência ainda frágil de uma parcela da população; esses obstáculos podem receber atenção da gestão pública (VAHDAT *et al.*, 2020). Além disso, a gestão pública também pode contar com o suporte de tecnologias promissoras para apoiar essa dimensão. Exemplos são os QR codes e *blockchain*, que permitem a rastreabilidade – e consequente eficácia no acompanhamento da qualidade e da segurança – dos alimentos em todas as etapas da cadeia produtiva (DELL TECHNOLOGIES, 2021).

3. A produção orgânica deve ser proveniente de um sistema produtivo que faz o uso responsável dos recursos naturais, tem cuidado com o bem-estar animal, promove relações comerciais justas, busca preservar o patrimônio cultural e estabelece relações de trabalho de acordo com os preceitos da dignidade, da justiça e da equidade (WILLER; LERNOUD, 2020).

g

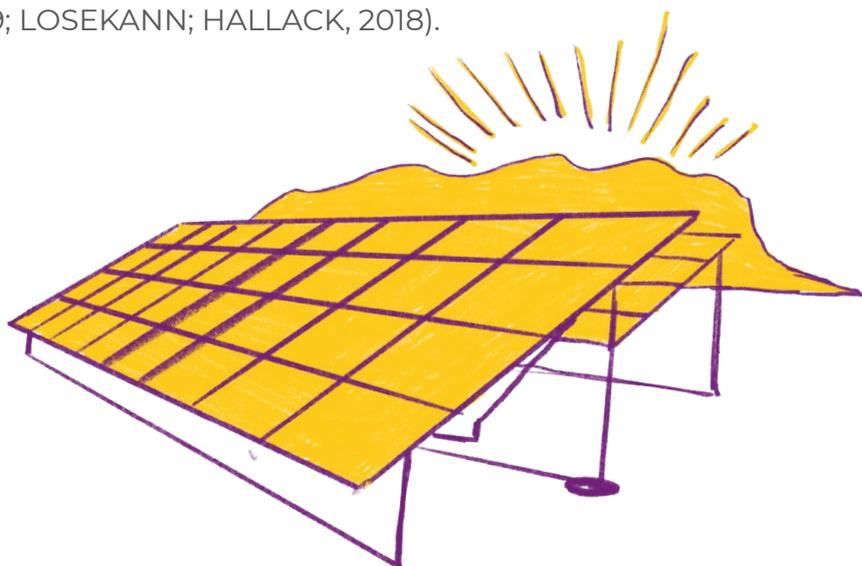
Economia circular – Enquanto as cadeias produtivas tipicamente extraem matérias-primas do meio ambiente, realizam um processo produtivo e terminam com o descarte de rejeitos, a economia circular propõe o estabelecimento de cadeias produtivas altamente capacitadas para realizar o processo reverso – ou seja, reutilizar materiais descartados, reciclá-los e transformá-los em novas mercadorias. No Brasil, foi implementada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em 2010, a partir da Lei nº 12.305, que organiza a forma de lidar com os resíduos sólidos e demanda transparência dos setores no gerenciamento de seus resíduos. Em 2019, 76% das empresas brasileiras desenvolviam alguma iniciativa relacionada à economia circular, como reúso de água, reciclagem de materiais e logística reversa (CNI, [202-?]). De forma geral, o setor privado tem liderado as iniciativas de economia circular no país. Por meio desses novos formatos de negócios e da otimização de processos industriais, é possível criar empregos, promover a inovação e o crescimento econômico, ao mesmo tempo que se faz um uso mais responsável dos recursos naturais e se reduz a dependência de matéria-prima extraída diretamente do meio ambiente. A gestão pública pode contribuir para o desenvolvimento da economia circular no Brasil a partir do estímulo à aprendizagem ativa e colaborativa, assim como da criação de políticas públicas que incentivem e que criem as regulações, a infraestrutura e as tecnologias necessárias (CNI, 2018). O foco no desenvolvimento de sistemas produtivos mais alinhados ao conceito de economia circular nos pequenos negócios pode ser um caminho para a expansão da economia circular no Brasil, já que esses negócios não demandam abordagens sofisticadas nem tecnologias robustas, como é o caso de grandes empresas (FUNDEP, 2021).

h

Novas fontes de energia renovável – Quase metade da energia produzida no Brasil é proveniente de fontes renováveis (BRASIL, 2021a). Mesmo assim, a crise energética enfrentada pelo país tem revelado a necessidade de repensar a estratégia, o que tem dado força à discussão sobre fontes de energia renováveis. Em especial, têm sido discutidas as possibilidades de investimento em energia solar, eólica e hidrogênio, cujo potencial é abundante em diferentes localidades do país. A atenção conferida pela União Europeia e pelos Estados Unidos a essas fontes de energia nas suas agendas de descarbonização é uma evidência do potencial desse tipo de investimento, que, por sua vez, também pode gerar empregos e criar condições para impulsionar a economia.



O Plano Nacional de Energia (PNE) do Ministério de Minas e Energia (MME) inclui essas alternativas para a diversificação da matriz energética, mesmo que o hidrogênio conte com poucas diretrizes por ainda enfrentar alguns desafios tecnológicos e de produção (JORNAL DA USP, 2021). Para incentivar a diversificação das fontes, garantir a sustentabilidade da oferta de energia e tornar o setor mais atrativo a investimentos, é importante que a gestão pública se atente a pelo menos seis fatores: 1) adequação e sinergia entre os objetivos das políticas energética, ambiental e industrial; 2) desenvolvimento de políticas de conteúdo local; 3) adaptação do modelo atual de geração de energia para considerar as variações de curtíssimo prazo das novas fontes; 4) garantia de estabilidade regulatória e jurídica; 5) redução da carga tributária do setor; e 6) transparência da governança (FUNDAÇÃO FHC, 2019; LOSEKANN; HALLACK, 2018).



2

A CONTINUIDADE DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Por mais que um governo avance na definição e na implementação de medidas para a recuperação econômica, elas não serão suficientes para contrabalançar os efeitos da crise sanitária e social. Por isso, é fundamental que os governos estaduais e municipais continuem a dar atenção às medidas de assistência emergencial que foram mobilizadas durante os períodos de maior restrição da pandemia⁴. A mudança da estrutura econômica para setores mais produtivos, digitais e verdes também pode exigir um período de transição que deve ser apoiado por recursos que viabilizem o desenvolvimento de capacidades das pessoas e lhes permitam viver vidas dignas (CEPAL, 2021b; FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2020). Além disso, é importante reconhecer que as políticas sociais possuem rebatimentos econômicos.

4. No artigo *Nova Proteção Social: aprendizados e inovações para um futuro de bem-estar*, é possível conhecer algumas das inovações adotadas por países no combate à pandemia e que podem refletir em boas práticas para a proteção social a longo prazo.

De acordo com a análise da Cepal (2021b), as decisões que os governos tomarem com respeito às transferências emergenciais produzirão impactos significativos no nível de pobreza dos países da América Latina. Em 2020, a pobreza extrema atingia 12,5% da população da região e a pobreza chegava a 33,7%. Caso os governos interrompam as transferências de emergência implementadas em 2020, as famílias em situação de pobreza dependerão das rendas pelo trabalho e de benefícios com que contavam antes da pandemia, o que será insuficiente para compensar as suas perdas. Com isso, a pobreza extrema na região deverá chegar a 14,8% e a pobreza poderá subir para 35,2%. Caso os governos mantenham os valores e coberturas de 2020, a pobreza extrema seria reduzida para 11,9% e a pobreza cairia para 31,7% – proporções que ainda estariam acima dos dados de 2019. Em um cenário intermediário, em que as transferências fossem reduzidas pela metade, haveria um pequeno aumento da extrema pobreza para 13,1% e uma também pequena redução da pobreza para 33,5%.

Nesta estratégia, mais uma vez o uso de dados pode ser de grande utilidade para as administrações públicas identificarem as famílias ou os indivíduos que deveriam receber auxílios. Nesse aspecto, além de informações específicas que podem existir no âmbito dos estados e municípios, o Brasil conta com o CadÚnico, que sistematiza informações sobre as condições de vulnerabilidade da população, enquanto, ainda que com menos informações, o esforço do governo federal para oferecer o Auxílio Emergencial a segmentos que antes não eram cobertos pelas políticas de transferência de renda, como os trabalhadores informais, também ampliou a visibilidade de grupos que podem necessitar de assistência (MONTEIRO, 2021).

Um desafio importante a ser enfrentado pelos governos neste contexto, no entanto, é introduzir na sua rede de assistência social uma abordagem que abarque a preocupação com a inclusão produtiva. O Brasil conta com uma rede de alta capilaridade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio dos seus centros de referência, no entanto as ações empreendidas não dão atenção à inclusão das pessoas atendidas no mundo do trabalho. No contexto da recuperação econômica, é estratégico estabelecer uma conexão mais clara entre a agenda da assistência social e a da inclusão produtiva. Assim sendo, o olhar conferido à população em situação de vulnerabilidade tem de ir para além das suas vulnerabilidades. O acompanhamento oferecido e as informações coletadas devem levar em consideração as capacidades, as experiências e os ativos com que a população em situação de vulnerabilidade conta para se inserir no mundo do trabalho. Os programas, nesses casos, precisam ser desenhados a nível do município, compreendendo as dinâmicas de cada localidade, mas o apoio técnico e financeiro dos governos estaduais pode ser determinante para que as ações tenham êxito (VAHDAT *et al.*, 2020).

Nesse contexto, há um conjunto de iniciativas que podem ser empreendidas pelos governos estaduais e municipais em busca de reforçar a proteção social e criar condições para que as pessoas se insiram no mundo do trabalho:

a

Programas de transferência de renda – A adoção desse tipo de política por um governo, que pode complementar os auxílios oferecidos por outras instâncias, garante que a população mais vulnerável tenha uma renda mínima e promove a circulação de recursos em economias locais, já que a maioria dos recursos dessas famílias deve ser gasto em sua subsistência. Esses programas podem ser implementados por meio de transferências aos beneficiários, deixando-os livres para utilizar seus recursos, ou por meio da utilização de *vouchers* e cartões que podem direcionar os recursos para um tipo de gasto, como a alimentação. Para que esses programas criem condições para a inserção dessa população no mundo do trabalho, é preciso combiná-los com outras medidas, como programas de capacitação e apoio ao empreendedorismo (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021).

b

Subsídios para acessar serviços públicos – Esta é uma forma alternativa às transferências de renda para permitir que a população em situação de vulnerabilidade conte com mais recursos para atender às suas necessidades. Também pode tomar a forma de suspensão e adiamento do pagamento dos serviços. Esse tipo de medida também pode se mostrar interessante em contextos em que se quer fazer uma mudança na estrutura de preços da energia para realizar uma transição para fontes mais sustentáveis (SAGET; VOGT-SCHILB; LUU, 2020).

c

Programas de alimentação – Em contextos de insegurança alimentar, os governos também podem empreender programas que distribuem alimentos adquiridos via compras públicas, as quais podem beneficiar o funcionamento de pequenos produtores. A entrega dos alimentos, em geral, é realizada nas residências dos beneficiários ou em locais públicos, como as escolas (VAHDAT *et al.*, 2020).

d

Letramento e cesta básica digitais – Com o crescimento da relevância da inclusão digital para inserir as pessoas na atividade econômica, os governos também podem apoiar a população no fortalecimento de competências para o uso e a apropriação de tecnologias e tomar medidas para conceder acesso à internet e a dispositivos digitais (CEPAL, 2021b).

e

Campanhas de comunicação sobre benefícios e oportunidades – Para que as políticas definidas cumpram o seu papel, é fundamental que a informação sobre elas chegue ao público-alvo definido. Os governos podem avaliar quais meios seriam mais efetivos nesse sentido, seja por meio de plataformas digitais, seja por meio de centros de apoio à população ou da mobilização de agentes que realizam visitas às famílias.

3

O FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA

O investimento em infraestrutura por estados e municípios pode ser estratégico para o período pós-pandemia tendo em vista um objetivo duplo: a geração de bens e serviços públicos e a criação de oportunidades de emprego. Por um lado, quando realizados de forma estratégica, os investimentos em infraestrutura geram bens e serviços públicos que podem reduzir as restrições a que empresas e indivíduos estão submetidos e criar novos meios para que diferentes atividades econômicas sejam empreendidas. Por outro, a atividade de construção é intensiva em mão de obra e, por isso, pode oferecer oportunidades de emprego de maneira mais imediata, sem exigir níveis elevados de qualificação. Esse tipo de investimento é especialmente relevante para uma região como a América Latina, que historicamente conta com um déficit de infraestrutura e que necessitará realizar investimentos para que suas economias se tornem mais adequadas às novas demandas tecnológicas e às exigências ambientais, assim como mais resilientes a possíveis choques e crises econômicos e a eventos extremos (CEPAL, 2021a; OIT, 2020a; SAGET; VOGT-SCHILB; LUU, 2020).

Ao definirem-se os investimentos que serão realizados, é fundamental que eles estejam baseados em um diagnóstico da criticidade da infraestrutura. É preciso identificar os ativos e redes cujas funcionalidades são mais importantes para a sociedade e a economia (BICALHO, 2021). Em vista disso, mais uma vez, é importante não apenas considerar as demandas do presente, mas também adotar uma visão de longo prazo que leve em consideração as condições que precisam ser criadas para o desenvolvimento futuro. Devido à mudança climática, eventos extremos devem aumentar em magnitude e frequência nos próximos anos, enquanto as oportunidades criadas pela introdução de novas tecnologias poderão ser aproveitadas somente se houver a infraestrutura adequada disponível (CEPAL, 2021a). Em todas essas considerações, buscar reduzir as desigualdades deveria ser uma meta constante a ser perseguida pelos governos.



No que se refere às oportunidades de trabalho criadas, elas produzem efeitos especialmente interessantes caso seja aproveitada a oportunidade para capacitar os trabalhadores empregados.

Quando isso ocorre, uma vez terminados o período de contratação ou a realização de uma obra, os trabalhadores terão maiores possibilidades de se inserir em uma nova ocupação (VAHDAT *et al.*, 2019).

Naturalmente, há diversos desafios que se interpõem aos governos na realização de investimentos em infraestrutura. Esse tipo de investimento requer a mobilização de grandes volumes de recursos, o que nem sempre é uma possibilidade para os governos, que enfrentam restrições fiscais significativas em muitos casos. Mas, mesmo quando os recursos estão disponíveis, há desafios técnicos e gerenciais no que se refere ao planejamento e à execução dos projetos, o que muitas vezes leva a resultados incompletos, atrasos e sobrecustos. Além disso, há constrangimentos relacionados a questões políticas e administrativas devido à complexidade do ambiente político-institucional brasileiro, que envolve diversos atores (inclusive fora do governo) e é caracterizado, por exemplo, pelo presidencialismo de coalizão, por diversos instrumentos de controle e pela necessidade de coordenação federativa (GOMIDE; PEREIRA, 2018).

A experiência brasileira recente com investimento em infraestrutura – mais particularmente com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – oferece lições importantes para lidar com alguns dos principais desafios enfrentados pelos governos nesse âmbito. Gomide *et al.* (2018) destacam as seguintes cinco dimensões que precisam de atenção da gestão pública.

1) Deve-se dedicar o tempo devido para o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de projetos de investimento, evitando as distorções do ciclo político-eleitoral e adotando uma perspectiva de médio e longo prazos e procedimentos consistentes e sistemáticos para elaborar, avaliar e selecionar propostas provenientes tanto do setor público como do setor privado.

2) A coordenação governamental pode ser facilitada pela instauração de núcleos de coordenação enxutos, flexíveis, multidisciplinares, com alto poder mobilizador e elevado suporte político e, ainda, pode ser reforçada por programas de capacitação técnica e desenvolvimento institucional dos municípios e estados voltados à melhoria do planejamento e às seleção e gestão de projetos em infraestrutura.

3) Pode-se estender a participação social para além da concessão da licença ambiental para manejar melhor as sugestões e os conflitos potenciais, permitindo sua ocorrência em vários momentos, desde a elaboração do termo de referência que guiará a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) até momentos posteriores à emissão das licenças.

4) Com relação aos controles administrativos, é importante estabelecer articulações cooperativas entre controladores e controlados com

antecipação, incluindo canais formais de cooperação, incentivos, interfaces de interação contínua e as mudanças legais necessárias.

5) Os contratos e concessões estabelecidos devem ser atrelados ao desempenho final da infraestrutura construída em vez de atividades ou insumos – o “empacotamento” das fases de projeto e construção (e possivelmente de operação) favorece a qualidade das entregas, enquanto a eficiência é ampliada quando há um aporte de capital do próprio concessionário (tipicamente 30%); além disso, recomenda-se ainda a contratação de seguros de desempenho dos contratos.

Entre os diferentes tipos de investimento que podem ser identificados como estratégicos em um determinado contexto estão:

- a** **Infraestrutura social** – A construção de escolas e universidades ou de estruturas para o sistema de saúde cria novas capacitações para os estados e municípios lidarem com seus desafios e pode atrair investimentos de outros atores. Um exemplo é o resultado gerado pelo esforço de interiorizar as universidades no país, o que impulsionou o desenvolvimento imobiliário, o comércio e diferentes serviços em pequenas e médias cidades do país.
- b** **Programas de habitação popular** – A pandemia tornou ainda mais evidentes as condições precárias de habitação a que muitas famílias estão submetidas, o que impacta diretamente o seu bem-estar e as suas possibilidades de contribuir produtivamente para a sociedade. Diante disso, os programas de habitação popular podem promover melhorias nas condições de vida, movimentar a atividade econômica e, em alguns casos, possibilitar a ocupação da própria família, como quando se utilizam as estratégias de construção compartilhada.
- c** **Obras voltadas à comunidade e ao saneamento** – As obras realizadas também podem incluir a reforma de espaços públicos, como praças, parques, ruas e calçadas, assim como programas de gestão de resíduos sólidos, projetos de iluminação pública e a prestação de serviços de água e esgoto. A aprovação do Marco Legal do Saneamento Básico em 2020 ampliou as possibilidades de atuação de estados e prefeituras nesse sentido, e investimentos nessa área podem ser especialmente promissores se considerarem de maneira mais substantiva a preocupação com a sustentabilidade (BETTI; GARCIA, 2021; BID, 2021).
- d** **Infraestrutura digital** – Com o avanço da digitalização, a falta de acesso à internet de qualidade se tornou um dos principais entraves para o desenvolvimento econômico e para a inclusão de populações socialmente excluídas. O investimento na infraestrutura digital pode envolver mudanças no marco normativo e a instalação de anéis urbanos de fibra ótica compartilhada e antenas, assim como requerer especial atenção para que se cubra a “última milha”, garantindo que a conexão chegue com qualidade aos potenciais usuários finais (BID, 2021; CEPAL; KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG, 2021). A instalação dessa última milha, em especial, pode ser empreendida por pequenas e médias empresas das localidades, o que geraria oportunidades de trabalho. Para que as

populações em situação de vulnerabilidade possam se beneficiar da infraestrutura digital, também é importante oferecer subsídios para a compra de dispositivos e assinaturas de internet, serviços financeiros digitais e plataformas virtuais de comercialização (OIT, 2021a). Além disso, com as possibilidades criadas pelo trabalho remoto, oferecer conexão de internet apropriada pode atrair às pequenas cidades aquelas pessoas que buscam maior qualidade de vida.



Integração das infraestruturas verde e cinza – Outra área promissora de investimento para desenvolvimento da infraestrutura é buscar uma maior integração entre as infraestruturas tradicionais, ou cinza (como reservatórios, estações de tratamento, aterros, entre outros tipos de construções), com as verdes. Esse tipo de infraestrutura envolve o uso de sistemas naturais como florestas, planícies inundáveis, telhados verdes, recifes de corais ou florestas de mangue para restaurar ecossistemas e abordar desafios como o abastecimento de água limpa e confiável, a proteção contra secas e inundações e o aumento da produtividade agrícola. A adoção desses tipos de soluções permite reduzir custos e impulsionar economias locais. Por exemplo, a restauração de florestas degradadas pode levar as comunidades locais a se apropriarem de seus ativos naturais, ampliar a qualidade dos recursos para os agricultores e permitir a remoção de sedimentos das águas, reduzindo o seu custo de tratamento (BROWDER *et al.*, 2019). Esses programas também podem estabelecer que empresas fornecedoras de água destinem recursos de reinvestimento para a infraestrutura verde e podem oferecer apoio financeiro a agricultores para promover o uso de práticas sustentáveis a fim de, por exemplo, melhorar o uso da terra, assim propiciando o aumento do sequestro de carbono, a elevação dos rendimentos e a redução da erosão do solo e da perda de sedimentos (SAGET; VOGT-SCHILB; LUU, 2020).

4

O APOIO ÀS MPES

As Micro e Pequenas Empresas (MPes) representam a maior parte das empresas do Brasil e são responsáveis por uma parcela significativa do emprego no país. De acordo com dados da RAIS, em 2018, o Brasil contava com 3.758.731 empresas com até 49 pessoas ocupadas (97,2% do total), 97.876 empresas com 50 a 499 pessoas (2,5%) e 9.651 empresas com mais de 500 funcionários (0,2%). No que se refere ao número de vínculos, o primeiro grupo era responsável por 18,4 milhões de pessoas (39,5%), o segundo, por quase 12,5 milhões (26,8%), e o terceiro, por 15,7 milhões (33,7%) (VAHDAT *et al.*, 2020). Manzano e Borsari (2020) apontam que, no universo dos pequenos negócios, 56,7% são Microempreendedores Individuais (MEI), 38,1% são microempresas e 5,2% são empresas de pequeno porte. Ainda com relação aos pequenos negócios, mais de 90% das suas atividades se concentram nos setores de comércio e serviços.

Os impactos gerados pela pandemia na atividade econômica foram especialmente severos com os pequenos negócios do país. Há diversos fatores que contribuem para a fragilidade dessas empresas – seus negócios são tipicamente mais dependentes do contato direto com os consumidores, suas capacidades técnicas e de gestão são mais restritas e, em geral, não contam com reservas em caixa para lidar com choques econômicos nem com acesso a recursos para realizar investimentos expressivos, tendo dificuldade também para realizar a digitalização de suas atividades. Nos meses iniciais da pandemia, os MEI eram a maioria entre os estabelecimentos que haviam fechado em definitivo devido à pandemia, enquanto as microempresas contavam com o maior número de demissões (MANZANO; BORSARI, 2020; VAHDAT *et al.*, 2020).

Nesse contexto, dois desafios têm sido identificados como especialmente relevantes no período pós-pandemia, exigindo, dessa forma, a atenção do setor público. O primeiro é o processo de digitalização, que tem ocorrido em todos os setores da economia e diante do qual as pequenas e médias empresas contam com menos recursos para se adaptar. O segundo diz respeito à necessidade de ampliar a formalidade dos pequenos negócios, a qual é importante para que essas empresas tenham acesso a serviços e benefícios. Esses dois desafios possuem em comum a necessidade de coordenação liderada pelo setor público (OIT, 2021a).

A digitalização das MPEs exige atenção às condições externas e internas aos negócios. Externamente, a existência de uma infraestrutura de internet e de dispositivos que permitam a conectividade dos negócios cumpre um papel fundamental. Para além disso, o ecossistema digital local, a rede de negócios de uma empresa e o ambiente social e político mais amplo também influenciam as suas possibilidades de digitalização. Ao mesmo tempo, internamente, o proprietário e a equipe das empresas precisam ter desenvolvido habilidades digitais e atitudes, como a orientação à inovação e a gestão flexível, que lhes permitam se beneficiar das tecnologias digitais. Dessa forma, é importante reconhecer que as MPEs não se digitalizam automaticamente; é preciso um esforço deliberado e coordenado para que isso aconteça (CEPAL; KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG, 2021; HEREDIA ZURITA; DINI, 2021; OIT, 2021a).

Diante disso, é importante identificar os diferentes estágios de desenvolvimento em que as MPEs de um determinado estado ou município se encontram e adequar as abordagens utilizadas nesse sentido. Há diferenças consideráveis entre grupos, tais como: agricultores de subsistência, pequenas empresas de orientação local (como lojas e restaurantes), pequenas empresas que se dedicam à exportação de produtos, pequenas empresas baseadas no conhecimento (como clínicas e agências de mídia) e startups que operam por meio de plataformas ou desenvolvem novas tecnologias. Com base no entendimento do universo de empresas em cada lugar e seu estágio de desenvolvimento, os gestores públicos podem desenvolver programas baseados tanto na necessidade das empresas

mais frágeis como na oportunidade de desenvolvimento de novos negócios. A digitalização básica pode permitir que as operações de uma microempresa se estabilizem e alcancem a consistência necessária para que a formalização se torne possível. Já para empresas em estágios avançados, a digitalização pode ser aprofundada, podendo, inclusive, favorecer a sua inserção em cadeias globais (OIT, 2021a).

Para lidar com os diferentes desafios associados à digitalização, é interessante contar com a contribuição de uma diversidade de atores. Enquanto alguns desafios podem ser resolvidos por meio de políticas de governos, outros podem ser mais eficazmente abordados com o apoio de parceiros da cadeia de suprimentos ou de plataformas que fornecem treinamento, e assim por diante. Devido à especialização existente e à dinâmica específica de cada setor, o suporte à digitalização raramente pode ser padronizado. A qualidade das intervenções dependerá das capacidades disponíveis localmente (como treinadores experientes), o que pode significar que sejam mais caras onde são mais necessárias (OIT, 2021a).

Nesse contexto, a atenção à formalização das MPEs pode ser estratégica para que essas empresas recebam o apoio necessário para se adequar ao novo contexto. Mudanças no marco regulatório e a digitalização dos procedimentos para a formalização podem ser instrumentais nesse sentido e devem levar em conta o nível de acesso à internet e as competências digitais das empresas. Assim, MPEs atualmente excluídas poderão passar a receber crédito, qualificação e capacitação das diferentes esferas governamentais mais facilmente (HEREDIA ZURITA; DINI, 2021; OIT, 2021a; SAGET; VOGT-SCHILB; LUU, 2020).

Nas diferentes intervenções empreendidas junto às MPEs, é importante adotar um olhar integrado, mantendo em vista as várias dimensões que importam no seu funcionamento. Por vezes se assume que as necessidades das MPEs se resumem ou ao acesso a crédito, ou à capacitação técnica ou gerencial, ou à possibilidade de se formalizar, ou ainda à digitalização das suas atividades. No entanto, o que está em questão é um conjunto de desafios inter-relacionados, que afetam um ao outro e que, por isso, podem ser mais efetivamente abordados de maneira integrada. Por esse lado, é fundamental que as intervenções tenham também uma preocupação clara com o acesso a mercados, sem o qual as MPEs seriam inviáveis (OIT, 2021a; VAHDAT et al., 2019).

Com base nas considerações anteriores, há diferentes medidas que podem ser empreendidas pelos governos municipais e estaduais:



Oferecer treinamento em habilidades digitais – Pode-se criar programas ou estabelecer parcerias que deem acesso ao treinamento de habilidades digitais, incluindo a obtenção de capacidades básicas de operação digital, práticas de gerenciamento padrão e novos modelos de negócio, especialmente o comércio digital. Os programas definidos devem considerar o estágio de desenvolvimento das empresas e podem

se beneficiar da participação de diferentes atores, como discutido anteriormente (CEPAL; KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG, 2021; OIT, 2021).

b

Facilitar o acesso a linhas de crédito e a meios de pagamento digitais

– Durante a pandemia, diferentes instâncias de governo do país e o Sebrae desenvolveram soluções para facilitar o acesso a recursos financeiros para as MPEs. Assim, foram criadas soluções inovadoras em parceria com fintechs e foi necessário lidar com barreiras, como o fato de muitos empreendedores estarem negativados e terem o seu acesso a serviços financeiros bloqueados por isso. O oferecimento de serviços de assessoria para facilitar o acesso a programas existentes, como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), ou a criação de novas iniciativas com base nos aprendizados acumulados podem ser promissores (VAHDAT *et al.*, 2020).

c

Criar ou estimular o uso de plataformas digitais de comercialização

– Com o avanço do comércio eletrônico, o uso de plataformas digitais tem se tornado cada vez mais relevante para promover o acesso a mercados. Os governos municipais e estaduais podem criar suas próprias plataformas ou incentivar a inserção de MPEs em plataformas existentes, dando também atenção aos desafios logísticos implicados (CEPAL; KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG, 2021).

d

Utilizar as compras públicas para mobilizar a demanda

– Com base na Lei nº 8.666, os governos podem realizar compras públicas, o que pode oferecer um horizonte de demanda estável para as MPEs e favorecer a contratação e o investimento no negócio. No entanto, esse tipo de política tem sido pouco utilizado para beneficiar as MPEs do país. Além de promover a manutenção dos pequenos negócios, as compras públicas podem orientar a produção para necessidades locais, como as produções de alimentos, uniformes e equipamentos médicos e de laboratório (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021; VAHDAT *et al.*, 2020).

e

Oferecer subsídios para apoiar o funcionamento das MPEs

– Seguindo as estratégias utilizadas durante a pandemia, os governos podem oferecer subsídios diretos às empresas ou aplicar o diferimento de pagamentos de impostos para que elas possam cobrir seus custos fixos mais facilmente e ter disponibilidade de caixa para manter e ampliar suas atividades (VAHDAT *et al.*, 2020).

f

Simplificar e digitalizar os procedimentos de formalização

– Para facilitar a formalização das MPEs, podem ser introduzidas medidas de simplificação, como a *Ley de Microempresa Familiar* do Chile⁵, que permite que os negócios se tornem parcialmente formais, ou a ampliação dos limites do MEI, como se discute no Congresso Nacional atualmente (PINHEIRO, 2021). Essas mudanças podem ser reforçadas pela digitalização dos procedimentos. Entre os serviços digitais que podem ser oferecidos pelos governos estão os registros eletrônicos de empresas, incluindo pagamentos eletrônicos de taxas e impostos (balcões únicos), o registro contínuo ou em tempo real de contas e pagamentos, e os sistemas de pagamento de salários eletrônicos.

5. Para acessar o conteúdo desta legislação chilena, clique [aqui](#).

Medidas desse tipo permitem economizar tempo e custos em comparação com processos anteriormente analógicos, atribuindo incentivos à formalização de forma eficiente (CEPAL; KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG, 2021; OIT, 2021a).

5

APOIO AO EMPREGO FORMAL E A TRABALHADORES INFORMAIS

Desde 2014, o Brasil vem observando um aumento nas taxas de desocupação e informalidade. Antes da crise econômica iniciada em 2014, a taxa de desocupação no país se encontrava abaixo de 8%. À medida que a crise se instaurou, ocorreu uma rápida elevação, com a taxa chegando a 14% no início de 2017. As melhoras nos anos seguintes não foram suficientes para reduzir expressivamente a desocupação, que, ao final de 2019, se encontrava em 12%. Similarmente, a taxa de informalidade que vinha se reduzindo entre os anos de 2012 e 2015 sofreu uma elevação, passando de quase 34% para 38% na metade de 2019. Somando o número de pessoas desocupadas e o daquelas que se encontravam na informalidade, metade da força de trabalho do país se encontrava em posições vulneráveis antes da pandemia (VAHDAT *et al.*, 2020).

Com a pandemia, os desafios foram aprofundados, alcançando marcas históricas no país. A aceleração da automação e as dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas levaram à destruição de postos de trabalho e elevaram o desemprego e a desigualdade social em âmbito global. No mundo, durante o ano de 2020, foram destruídos 114 milhões de empregos (OIT, 2021a). Já no Brasil, em março de 2021, um ano após o início da pandemia, a taxa de desocupação se encontrava em 15,1%, 2,3 pontos percentuais acima do resultado do mesmo período no ano anterior, enquanto o número de desalentados passou de 4,8 milhões para quase 6 milhões, uma alta de 25%. Nos últimos meses, é possível observar sinais de recuperação entre os empregados sem carteira e os trabalhadores por conta própria que integram os segmentos informais do mercado de trabalho. Enquanto no trimestre móvel encerrado em agosto de 2020 esses grupos apresentaram recuos de 25,8% e de 11,6%, respectivamente, as retrações foram de 12,1% e de 1,3% no trimestre finalizado em março de 2021 (BRASIL, 2021b).

Ao pensar estratégias para o período de recuperação econômica, é importante reconhecer que os setores econômicos tendem a se recuperar com velocidades diferentes. A identificação dos setores que podem se recuperar mais rapidamente é fundamental para definir em que sentido a economia e o emprego podem ser estimulados. Para além disso, muitas oportunidades poderão surgir a partir de ocupações totalmente novas devido ao seu potencial portador de futuro, conforme discutido anteriormente. Para identificar essas oportunidades, o diálogo com o tecido produtivo e pesquisadores, assim como o uso de bancos de dados públicos sólidos e programas que utilizam inteligência artificial para mapear as oportunidades de emprego podem ser de grande utilidade e oferecer informações a serem compartilhadas com a força de trabalho.

Um desafio que exigirá a atenção dos gestores públicos nesse cenário é a qualificação da força de trabalho para que se adeque às novas oportunidades de trabalho formal. Nas páginas anteriores foi discutida a necessidade de uma transformação na atividade econômica que deve se tornar mais digital e verde. Nesse contexto, muitos trabalhadores necessitarão de apoio para se qualificar ou requalificar frente aos novos desafios; em alguns casos, inclusive, eles terão de mudar de setor de atividade. Para proporcionarem programas de capacitação, os gestores públicos podem estabelecer parcerias com instituições que oferecem capacitação técnica de qualidade. No entanto, é fundamental não perder de vista as necessidades do tecido produtivo, o qual pode até mesmo ser envolvido nos programas de capacitação como parte da responsabilidade social das empresas (BID, 2021; FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021; IDB, 2021; OIT, 2020, 2021a; SCHYMURA, 2021).

Ao mesmo tempo, o aumento da informalidade tem levado a uma necessidade crescente de entender melhor as necessidades desse grupo de trabalhadores e como apoiá-lo. Segundo a OIT (2021), é importante reconhecer a multidimensionalidade da informalidade – em vez de considerá-la um conceito dual – com trabalhadores informais de um lado e trabalhadores formais de outro. Na prática, as unidades econômicas podem ser formais em uma dimensão (como a do negócio), mas não em outras (como a do emprego), ou ainda podem ser parcialmente formais em uma dimensão (como a da produção). Em outras palavras, há vários graus de informalidade que precisam ser levados em consideração na formulação de políticas, além de que a informalidade evolui e muda constantemente.

Com isso, as abordagens de políticas públicas também precisam evoluir e se adaptar de acordo com as circunstâncias específicas de cada localidade. É importante avaliar quais dimensões são mais relevantes para a formalização dos trabalhadores em cada lugar (custos, complexidade, acesso à informação, entre outras) e, com base nisso, definir as medidas de crescimento econômico a serem adotadas (OIT, 2021a). A combinação de políticas públicas e estratégias de crescimento econômico podem contribuir para a redução da informalidade (OIT, 2020a).

Nesse contexto, as seguintes medidas podem ser consideradas pelos governos municipais e estaduais:



(Re)qualificação da força de trabalho para setores promissores

– Com base na identificação das oportunidades que existem em um determinado estado ou município, a partir dos setores existentes ou mesmo de oportunidades futuras, podem ser desenhados programas de qualificação para apoiar os trabalhadores. Esses programas podem estar dirigidos tanto a trabalhadores que já estão ocupados como a aqueles que não estão; neste último caso, pode ser útil contar com programas de bolsas que permitam que as pessoas se dediquem aos programas de capacitação (VAHDAT *et al.*, 2020).

b

Capacitação em habilidades digitais e gerenciais – Enquanto cada setor pode requerer capacitações específicas, também há habilidades que se tornaram mais relevantes com a pandemia e que são comuns às diferentes ocupações. Diante desse aspecto, tem-se reconhecido que competências digitais e habilidades gerenciais podem ser úteis para uma diversidade de atividades e podem, inclusive, facilitar a realocação de trabalhadores. Capacitações nesse sentido também são importantes para evitar que segmentos da população fiquem para trás em meio às transformações em curso (BID, 2021; FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2021; OIT, 2020, 2021; SCHYMURA, 2021).

c

Subsídios para a manutenção dos empregos formais – Seguindo as medidas tomadas durante a pandemia, os governos podem criar programas – ou mesmo apoiar as empresas para acessar os programas já existentes – que protejam empregos formais por meio da redução ou da suspensão da jornada de trabalho combinada com uma compensação financeira oferecida pelo poder público. (Nesse aspecto, o governo federal oferece o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.) Nos períodos em que os trabalhadores não estão ocupados, pode-se implementar programas de capacitação com vistas à sua reinserção completa (LEVY, 2020).

d

Redução dos custos de contratação – Para estimular novas contratações, os governos também podem reduzir a tributação aplicada às empresas, especialmente para posições de entrada e junto a grupos vulneráveis, como jovens e idosos. Esse apoio também pode se dar por meio do compromisso do governo em cobrir parte do salário dos novos contratados, como proposto pelo estado de Pernambuco (FALCÃO, 2021). Para ser efetivo, esse tipo de intervenção deve ser acompanhado de políticas que ofereçam perspectivas de crescimento econômico.

e

Políticas de seguro para trabalhadores informais – Um dos principais desafios enfrentados pelos trabalhadores informais é a volatilidade da sua renda. Dessa forma, mais do que ter um programa de transferência de renda contínuo, esses trabalhadores podem se beneficiar do acesso a um seguro que pode ser acionado em momentos de necessidade. Para que esses trabalhadores possam deixar sua condição de informalidade, é importante que essa política seja complementada por outras, como a sua qualificação e o apoio para a formalização (VAHDAT *et al.*, 2020).

f

Medidas de apoio à qualidade do ambiente de trabalho – O setor público também pode atuar promovendo programas de atenção à saúde mental do trabalhador, estabelecendo regulamentações sobre o teletrabalho ou oferecendo serviços de apoio, como creches, que assegurem o bem-estar dos trabalhadores. Nessas ações, é importante manter em vista as diferenças existentes entre os grupos da população, como as mulheres, que tipicamente acumulam funções de cuidado para além da sua atividade profissional (OIT, 2021a).



PARTE 3

CONSIDERAÇÕES DE EQUIDADE

Além de contar com estratégias bem definidas, é fundamental que uma agenda de crescimento econômico inclusivo conte com considerações de equidade. O Brasil é um país diverso, e os diferentes grupos da população não se encontram nas mesmas condições para participar das oportunidades geradas pelo processo de crescimento econômico. Assim, esta terceira parte da publicação discute os componentes que podem ser adicionados às estratégias empreendidas, de forma a considerar as particularidades de diferentes grupos.

Para abordar essa questão, foi utilizado como ponto de partida o framework PROGRESS⁶, que é uma das ferramentas desenvolvidas para considerar diferentes dimensões de equidade no desenho e na implementação de intervenções sociais (O'NEILL *et al.*, 2014). Depois da análise das dimensões mais relevantes para o tema do crescimento econômico inclusivo e a aplicação do *framework*, os resultados foram organizados em cinco seções referentes a território, raça, gênero, juventude e seniores.

A seguir, são exploradas as implicações de cada uma dessas cinco dimensões para o trabalho decente e o crescimento econômico inclusivo. Cada item apresenta uma breve discussão sobre a relevância da dimensão retratada e possíveis medidas para lidar com os desafios que se apresentam. Ao final de cada seção, são relacionados adicionalmente alguns exemplos de iniciativas que consideram elementos das medidas recomendadas. Ao desenhar intervenções tendo em vista qualquer uma dessas dimensões, é importante que as soluções sejam desenvolvidas a partir de um diálogo com os próprios grupos em consideração. O envolvimento das partes interessadas ajuda a informar as discussões, construir consensos e criar estratégias que respondam às necessidades e preocupações específicas.

1

TERRITÓRIO

O território é uma dimensão relevante ao considerar o impacto gerado pela pandemia e as oportunidades para inserção no mundo do trabalho. Segundo Prates e Barbosa (2020a), a pandemia impactou especialmente os lugares onde havia uma maior presença de vínculos instáveis nas relações de trabalho; ou seja, quanto maior a informalidade, maior o impacto. Na comparação entre as grandes regiões do país, as regiões Norte e Nordeste eram as que contavam com a maior participação de pessoas ocupadas na informalidade no início da

6. Esse acrônimo (originalmente em inglês) é traduzido da seguinte forma: P – Local de residência; R – Raça/etnia/cultura/linguagem; O – Ocupação e trabalho; G – Gênero; R – Religião; E – Educação; S – Status socioeconômico; S – Capital social.

pandemia – ambas individualmente apresentando percentuais acima de 45%. Além disso, o acesso mais limitado à internet de qualidade nessas duas regiões também dificulta o trabalho remoto (VAHDAT *et al.*, 2020). As possibilidades de recuperação no período pós-pandemia vão variar de acordo com os recursos e as estruturas produtivas existentes em cada lugar, os quais poderão ser reforçados por recursos externos.

Dentro de cada região, os impactos também foram diferenciados, sendo especialmente intensos para comunidades em situação de vulnerabilidade. São espaços em que, historicamente, a população vive em condições precárias e tem baixo nível de escolaridade, assim como existe alta taxa de desemprego, informalidade no mercado de trabalho, salários baixos e difícil acesso à seguridade social (ROCHA, 2020). Durante a pandemia, além da perda de trabalho e renda, muitas famílias tiveram um aumento de gastos uma vez que as aulas presenciais de seus filhos foram interrompidas, o que também colaborou para a maior dificuldade de obtenção de renda. Dados obtidos pelo Data Favela, por exemplo, identificaram que 87% das famílias que vivem em favelas aumentaram seus gastos devido aos filhos terem deixado de ir à escola, 80% sobreviviam com menos da metade da renda anterior à pandemia e apenas dois terços dos moradores de favela conseguiam se manter por até uma semana com suas reservas financeiras (CUFA; INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2020). Com o tempo, muitas dessas comunidades também tiveram de enfrentar o desafio da insegurança alimentar (CASTELLO; VIEIRA; PICANÇO, 2020).

As medidas de proteção social implementadas pelo governo foram importantes para assegurar a subsistência dessas populações, no entanto tiveram dificuldade em lidar com as complexidades da desigualdade socioeconômica no Brasil. Enquanto o uso de uma solução inteiramente digital agilizou o cadastramento da população no Auxílio Emergencial, os moradores de áreas mais vulneráveis tiveram complicações para realizar o cadastro, já que muitos não têm acesso à internet ou não possuem familiaridade com o uso de aplicativos. Além disso, muitos tiveram dificuldade para receber o benefício por não terem os documentos necessários (PRATES; BARBOSA, 2020b), de forma que a porcentagem de aprovação do Auxílio Emergencial para as pessoas que vivem em comunidades não chegava a 60% nos primeiros meses da pandemia (CUFA; INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2020).

Nesse contexto, houve multiplicação de iniciativas das próprias comunidades para ajudar famílias em situação de vulnerabilidade. Essas iniciativas se mostraram imprescindíveis para lidar com a prevenção ao vírus e para obter alimentos e auxílio financeiro a fim de garantir a subsistência das famílias. No período pós-pandemia, é estratégico considerar os meios de aproveitar e potencializar as soluções inovadoras que foram criadas.

Para discutir mais a fundo os desafios e as possibilidades para lidar com territórios em situação de vulnerabilidade, são apresentados a seguir dois tipos de contexto e algumas possíveis medidas a se tomar.

ÁREAS RURAIS EMPOBRECIDAS

Considerando que aproximadamente 80% das 734 milhões de pessoas em extrema pobreza no mundo vivem em áreas rurais e que cerca de 70% das metas dos ODS se referem a essas áreas, alcançar uma dinâmica de crescimento econômico inclusivo requer maior foco no desenvolvimento rural⁷ (FAO, 2021). As áreas rurais do Brasil também possuem uma maior concentração de pessoas em situação de pobreza quando em comparação com as áreas urbanas. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, enquanto nas áreas urbanas a proporção de pessoas que conta com um rendimento per capita abaixo de 5,50 dólares por dia (meio salário-mínimo) é de 27,7%, nas áreas rurais essa proporção chega a 58,5% (IBGE, 2010).

Nas últimas décadas, os pequenos municípios rurais vinham passando por um processo de esvaziamento e envelhecimento de sua população, contando cada vez menos com a sua população jovem. Grande parte da renda desses municípios vem da atividade agrícola e da administração pública, além de muitos deles se encontrarem distantes de mercados consumidores mais dinâmicos e contarem com uma capacidade institucional e orçamentária limitada, assim como baixo acesso à internet de qualidade. Com a pandemia, há indicações de que muitas dessas localidades receberam fluxos migratórios vindos das cidades, o que aumentou o número de pessoas por domicílio e pode ter sobrecarregado os serviços públicos. Além disso, para muitas famílias a diversificação das fontes de renda que ocorreu nos últimos anos teve de ser revertida, assim passando a dependerem em maior medida da atividade agrícola (VAHDAT *et al.*, 2019; VAHDAT *et al.*, 2020).

Algumas medidas que podem ser mobilizadas em relação a esse contexto são:

- Promover o acesso a políticas de assistência técnica e crédito para ampliar a produtividade da agricultura na localidade.
- Fomentar o estabelecimento de cooperativas de produtores para ampliar a capacidade de oferta dos agricultores e facilitar o escoamento da produção para lugares com mercados mais dinâmicos.
- Apoiar o estabelecimento de cadeias curtas que facilitem o acesso dos produtores rurais aos mercados e aos consumidores.

7. Na publicação *O Agro Pode Mais* são apresentados detalhadamente os caminhos possíveis para o desenvolvimento inclusivo e sustentável dos municípios agro no Brasil.

- Criar parcerias com governos ou empresas de cidades médias próximas, as quais têm se tornado os mercados dinâmicos nos últimos anos, para promover a comercialização dos produtos (VAHDAT *et al.*, 2020).
- Ampliar a rede de conexão de internet de qualidade no município, o letramento digital, o acesso a dispositivos e a digitalização dos negócios para reduzir os custos de transação e expandir as possibilidades de acesso a mercados e a outros serviços, como financiamento, gestão dos negócios e treinamento (CEPAL, 2021c; FAO; CEPAL, 2021a, 2021b).
- Desenvolver estratégias que considerem também os empregos não agrícolas, que desempenham uma importante e promissora fonte de renda para as pessoas que vivem no meio rural.
- Desenvolver ações específicas de apoio às mulheres rurais, que são importantes geradoras de emprego rural não agrícola, principalmente nos setores de serviços e de indústria vinculados ao turismo e à preparação de alimentos (FAO, 2020).
- Investir em infraestrutura e no mercado de cuidados para atrair a população que busca qualidade de vida.
- Buscar o apoio do governo estadual ou de grandes empresas instaladas no município para mobilizar recursos e capacidade técnica.

PERIFERIAS DAS GRANDES CIDADES

As metrópoles têm passado por um processo de estancamento e vivem desafios sobretudo significativos nas áreas de periferia que historicamente foram ocupadas sem planejamento público. Assim, milhões de pessoas nas cidades estão vivendo em condições precárias (COALITION FOR URBAN TRANSITIONS, 2021) e, na maior parte das vezes, as oportunidades de trabalho se encontram longe do seu local de residência. Essas regiões tipicamente concentram índices mais elevados de pobreza e desemprego, além de não contarem com acesso à internet de qualidade.

No Brasil, existem 13,6 milhões de pessoas vivendo em favelas, e pelo menos 35% das famílias perderam toda a sua renda desde o início da pandemia (CUFA; INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2020). Além disso, cerca de 43% dos moradores de favelas perderam o emprego e muitos passaram a fazer entregas por aplicativo para ter fonte de renda (VENTURI, 2020).

Diante disso, algumas medidas que podem ser mobilizadas são:

- Reforçar a proteção social desses brasileiros que estão vivendo em situação de extrema vulnerabilidade (OXFAM, 2020), seja por meio de programas de transferência de renda, seja por programas de alimentação.

- Estabelecer parcerias com lideranças locais para que os programas oferecidos pelos municípios possam chegar aos seus potenciais beneficiários.
- Mapear e estimular iniciativas criadas pela sociedade civil e apoiar o seu desenvolvimento.
- Empreender programas de fortalecimento da infraestrutura local para gerar oportunidades de emprego nas próprias periferias e melhorar as condições de vida.
- Investir em infraestrutura de internet, facilitar o acesso a dispositivos móveis e pacotes de conexão e oferecer capacitação para ampliar a inclusão digital (ALLAIN-DUPRÉ, 2021).
- Oferecer bolsas de estudo em programas de capacitação para jovens e adultos se inserirem em setores promissores.
- Mapear as capacidades técnicas e de gestão em uma comunidade e promover programas de aprendizagem informal juntamente com outros benefícios e suportes mais gerais de capacitação e assistência (GINES; WILLIAMS; SHEPELWICH, 2020).
- Projetar estratégias de resíduos municipais que visem a melhorar a renda, a saúde e o *status* social dos coletores informais.
- Apoiar o estabelecimento de bancos comunitários para fortalecer tanto o fluxo de recursos dentro da própria comunidade quanto negócios locais.
- Fomentar a criação de plataformas de comercialização de produtos para acessar mercados dos centros urbanos.
- Desenvolver uma política fiscal inteligente, que permita usar incentivos fiscais para reinvestimento em bairros mais vulneráveis – por exemplo, financiar a proteção social de grupos vulneráveis e investir em novas indústrias de baixo carbono com alto potencial de geração de empregos a partir de receitas obtidas com taxas de carbono e/ou reformas de subsídios aos combustíveis fósseis (COALITION FOR URBAN TRANSITIONS, 2021).
- Desenvolver estratégias de escalonamento de políticas de inclusão em territórios em situação de conflito e onde há forte atuação policial para garantir que esses locais acessem as políticas já existentes e que também possam ser foco de novas políticas (RECUPERAÇÃO..., 2021).

ÁREAS RURAIS EMPOBRECIDAS

Programa da FAO de Resposta e Recuperação à Covid-19. Iniciativa de proteção social pró-pobre alinhada a outras políticas com o objetivo de apoiar áreas rurais empobrecidas combinando erradicação da pobreza, promoção da segurança alimentar, adaptação à mudança climática e inclusão econômica e produtiva (FAO, 2021).

FAO e Cash+. Iniciativa que busca aumentar de forma sustentável os impactos econômicos e sociais das transferências de renda quando combinadas com o apoio produtivo para trabalhadores rurais em situação de vulnerabilidade (FAO, 2018).

Programa de ação sobre trabalho decente nas cadeias globais de abastecimento. Uma abordagem de sistemas para o desenvolvimento de cadeias de valor criada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o objetivo de apoiar a criação de mais e melhores empregos nas cadeias de abastecimento (OIT, 2021b).

Desenvolvimento de recursos de marketing digital para empresas agroalimentares associativas e cooperativas. Contribuindo com o desenvolvimento de infraestrutura, o acesso a mercados e a digitalização, a iniciativa busca desenvolver e instalar capacidade logística, administrativa, financeira e tecnológica para pelo menos 58 cooperativas no Chile, no Equador, na Guatemala e na República Dominicana (FAO; CEPAL, 2020).

Provisão de bens públicos e infraestrutura em territórios atrasados para recuperação pós-pandêmica. Com o objetivo de avançar no desenvolvimento de infraestrutura local para apoiar sistemas alimentares e cadeias de produção de bens e serviços não agrícolas, essa proposta pretende beneficiar muitos países da América Latina e promover uma recuperação pós-pandêmica com a transformação de pelo menos 31 territórios vulneráveis (FAO; CEPAL, 2020).

PERIFERIAS URBANAS

Programa Favela com Dignidade. No âmbito desse programa, em 2021 foram promovidas atividades socioeducativas sobre o trabalho na favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro. Com o apoio da prefeitura, houve realização de registros para vagas de emprego, oferecimento de auxílio na emissão da Carteira de Trabalho Digital, informações sobre cursos de capacitação on-line, orientações para comerciantes sobre como formalizar seus negócios e cadastros de jovens para orientação profissional (RIO DE JANEIRO, 2021).

Emprega Comunidades. A iniciativa, localmente conhecida como “LinkedIn da favela”, ajuda moradores de Paraisópolis, em São Paulo, a encontrar trabalho em empresas localizadas nos entornos da comunidade. Desenvolvida pela própria comunidade, essa iniciativa também apoia a qualificação para o trabalho dos moradores cadastrados (CARRANÇA, 2021).

Projeto Favela 3D – Digital, Digna e Desenvolvida. Projeto fruto da parceria entre o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor, será implementado na única favela de São José do Rio Preto, onde mais de 200 famílias vivem em situação de extrema pobreza. A missão é entregar casas para essas famílias, reduzir a pobreza, gerar emprego e renda, e qualificar famílias carentes (APF, 2021).

Incentivo fiscal ao desenvolvimento de regiões vulneráveis. Nos Estados Unidos, a Agência Pública de Administração de Pequenos Negócios fornece subsídios aos investidores para que desenvolvam seus negócios em regiões vulneráveis. Assim, o desenvolvimento dessa estrutura local contribui para a geração de emprego e renda (PIRES, 2017).

2 PESSOAS NEGRAS

A estrutura histórica da sociedade brasileira – que traz consigo heranças da escravidão e a construção de um sistema de desigualdades – e a crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19 ajudam a explicar a inserção precária da população negra no mundo do trabalho. Para os jovens negros, ingressar no mercado de trabalho formal é um grande desafio, seja pelo acesso mais restrito que tiveram à educação de qualidade, seja pelo estigma que limita o acesso a oportunidades. De um modo geral, a população negra entra mais cedo e sai mais tarde do mercado de trabalho, atuando na informalidade, que não é contabilizada para a aposentadoria. As altas taxas de desemprego empurram esses trabalhadores para a informalidade e para a precarização nas relações de trabalho, aumentando as desigualdades. A população negra também é maioria entre aqueles que têm recorrido ao trabalho em plataformas que fazem a intermediação dos serviços (na chamada gig economy, um tipo de trabalho que não oferece muitas garantias), além de seus pequenos negócios também terem sido especialmente impactados pela pandemia devido à sua fragilidade (GUIMARÃES, 2021).

Mais especificamente com relação às mulheres negras, elas foram particularmente afetadas pela pandemia: foram a maioria nas categorias de desocupação, de subocupação e de subutilização da força de trabalho, além de apresentarem rendimento médio inferior ao de outros grupos (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020).

As buscas na literatura revelaram uma escassez tanto de recomendações quanto de políticas de apoio à inclusão e à manutenção de pessoas negras no mercado de trabalho. Para o contexto brasileiro, há dados e estatísticas que revelam as desigualdades históricas e os impactos da pandemia sobre esse grupo, no entanto existe uma lacuna acerca de recomendações mais específicas para endereçar os diagnósticos revelados por esses dados. Na literatura internacional, essa lacuna é igualmente existente, enquanto as recomendações em grande parte são gerais quanto a combater o racismo e promover a inclusão, mas deixam de entrar em detalhes sobre as diferentes formas de racismo e sobre possíveis respostas às necessidades específicas da população negra nos diversos contextos. Na discussão sobre crescimento inclusivo pós-pandemia, os Estados Unidos foram o país que se destacou nos achados das pesquisas sobre medidas governamentais em execução para apoiar as pessoas negras e seus negócios. Mesmo assim, essas ações são bastante pontuais, revelando a ausência de uma agenda de políticas para a população negra.

O desafio que se apresenta aos gestores é o de abarcar todo o sistema de desigualdades que a população negra enfrenta.

As medidas utilizadas podem estar focadas tanto em ampliar a empregabilidade da população negra como em apoiar o empreendedorismo.

Entre as medidas que podem ser mobilizadas para fomentar a inserção no mercado formal estão:

- Desenvolver políticas afirmativas (como cotas) para promover o acesso a cursos técnicos e universidades, além de mecanismos de manutenção e acolhimento nas unidades de ensino.
- Realizar campanhas de comunicação que permitam à população negra que se identifique com oportunidades que historicamente lhe foram negadas, por exemplo, por meio de *role models*.
- Criar programas de empregos subsidiados dirigidos à população negra para promover a equidade racial e impulsionar a recuperação econômica, melhorando o nível de emprego e os salários dos participantes. Evidências apontam que alguns programas melhoram os resultados do emprego muito depois de terminados (SANDERS; LEACHMAN; WILLIAMS, 2021).
- Fomentar junto às empresas a importância da diversidade nos ambientes de trabalho e estimular a adoção de cotas para vagas de emprego.
- Oferecer para a população negra em situação de vulnerabilidade benefícios de transporte e alimentação ou bolsas que sejam compatíveis com suas necessidades, uma vez que, geralmente, é preciso percorrer longos trajetos e permanecer muitas horas longe de casa, seja para acessar programas educativos, seja para exercer uma atividade profissional.

- Incluir as pessoas negras egressas do sistema prisional⁸ como parte dos programas empreendidos. No âmbito internacional, as avaliações de programas de inserção laboral apontam impacto na redução de reincidência criminal (TINOCO; PELLEGRINO, 2018).

Com relação ao empreendedorismo, as seguintes medidas podem ser levadas em consideração:

- Criar linhas de crédito especificamente direcionadas à população negra – para recapitalizar um negócio ou iniciar um novo empreendimento – de maneira a reduzir a sua exclusão devido ao estigma. Nesse sentido, é importante que as opções oferecidas sejam de fácil acesso e que o capital seja paciente e flexível.
- Promover programas de educação e treinamento que sejam direcionados à população negra (considerando a sua disponibilidade de tempo), que abordem as diferentes dimensões de um negócio e que fomentem a capacidade de acessar os recursos disponíveis na localidade.
- Mobilizar elementos da identidade da população negra juntamente com movimentos sociais, no que se tem chamado de afroempreendedorismo, para impulsionar o desenvolvimento de seus negócios e para criar plataformas de comercialização.
- Mapear as capacidades técnicas e de gestão em uma comunidade e promover programas de aprendizagem informal juntamente com outros benefícios e suportes mais gerais de capacitação e assistência (GINES; WILLIAMS; SHEPELWICH, 2020).



Exemplos de iniciativas para apoiar a população negra

Desenvolvimento de campanhas holísticas de compra local com foco na compra de pequenos negócios de pessoas negras (GINES; WILLIAMS; SHEPELWICH, 2020). O Marketplace Feira Preta, por exemplo, é uma iniciativa que valoriza o empreendedor negro, comercializando seus produtos e serviços.

Programa de Recuperação Econômica de Pequenos Negócios de Empreendedores(as) Negros(as). O programa tem como objetivo apoiar negócios comandados por pessoas negras com operação em comunidades periféricas ou territórios em contexto de vulnerabilidade socioeconômica por meio de mentorias, atividades formativas e um apoio financeiro de R\$ 10 mil. Negócios de mulheres negras do Norte ou do Nordeste são priorizados (BAOBÁ, 2021).

8. No Brasil, a população carcerária é majoritariamente composta por homens jovens e negros. Em levantamento de 2020, 66,3% das pessoas presas eram negras (BARROS, 2021).

Movimento Equidade É Prioridade: Étnico Racial. A iniciativa tem como objetivo aumentar a participação de pessoas negras em cargos de alta liderança e gestão no setor privado brasileiro. O movimento prevê a realização do Censo da Diversidade em todas as empresas participantes, que definirão metas para a equidade (PACTO GLOBAL, 2021a).

Movimento Pela Equidade Racial (MOVER). Envolve empresas comprometidas a atuar na redução da desigualdade racial no Brasil. Baseia-se em três pilares: 1) liderança, com o objetivo de criar pelo menos 10 mil cargos de liderança para pessoas negras até 2030; 2) emprego e capacitação, em busca de gerar vagas de emprego para ao menos 3 milhões de pessoas negras e impulsionar o seu desenvolvimento; e 3) conscientização, a fim de fomentar discussões sobre equidade racial dentro e fora das empresas participantes (MOVER, 2021).

3

MULHERES

A pandemia aumentou a desigualdade de gênero e exacerbou lacunas preexistentes, ameaçando seriamente o alcance do ODS 5, que se refere à igualdade de gênero e ao empoderamento econômico das mulheres, e do ODS 8, que trata sobre trabalho decente (OIT, 2021c). Cerca de 7 milhões de mulheres deixaram seus empregos no início da pandemia, 2 milhões a mais do que o número de homens (COMOLI; CANTO, 2020). Além de lidarem com o desemprego, muitas mulheres tiveram redução das horas de trabalho remunerado, redução salarial e dificuldade para acessar seguros sociais (OIT, 2020b). Diante desse cenário, a participação da mulher no mercado de trabalho voltou ao mesmo nível do ano de 1990 (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020). Ademais, muitas mulheres tiveram um aumento ainda maior que o usual da sobrecarga de trabalho não remunerado, em geral relacionado a afazeres domésticos e cuidados com familiares (GIULIETTI, 2021; ORGANIZAÇÃO GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2020).

O impacto sofrido pelas mulheres também está associado à sua presença mais expressiva em setores que foram especialmente impactados pela pandemia. As mulheres com frequência ocupam posições em atividades de áreas como hotelaria, alimentação, comércio, entre outras de serviço e manufatura que foram impactadas pelas restrições impostas ao longo do enfrentamento da pandemia (DMT, 2020). As mulheres também são a maioria entre as trabalhadoras domésticas, representando 15% da ocupação do gênero, em situações tipicamente precárias e sem contar com a proteção do Estado (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020). Além disso, as mulheres estão em maior número nos setores de saúde e assistência social, assim ocupando a linha de frente de combate à pandemia e expondo-

se aos riscos de contaminação – por exemplo, entre profissionais de enfermagem, as mulheres são quase 85%, segundo relatório do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e da Fundação Oswaldo Cruz (ALESSI, 2020).

Para promover a igualdade de gênero no mercado de trabalho, são recomendadas iniciativas relacionadas à inclusão no mercado formal e também ao empreendedorismo. Entre as medidas de proteção social, é estratégico que as mulheres sejam as responsáveis por receber os recursos, já que eles são em maior medida direcionados ao bem-estar das famílias.

Entre as medidas que podem ser mobilizadas para fomentar a inserção no mercado formal estão:

- Investir em políticas educativas que promovam o desenvolvimento de *soft skills* e o empoderamento da mulher na sociedade e no mercado de trabalho.
- Garantir salários iguais entre homens e mulheres que exercem as mesmas atividades (OIT, 2021c).
- Fortalecer os serviços de creches para permitir que as mulheres possam se dedicar a uma atividade remunerada.
- Desenvolver políticas afirmativas, como cotas e benefícios fiscais, para incentivar a entrada e a manutenção das mulheres no mercado de trabalho formal.
- Incentivar o diálogo social e a atuação coordenada entre diferentes instituições sobre a economia do cuidado, o valor do trabalho de cuidado, as vulnerabilidades específicas das mulheres ante a pandemia e o compartilhamento igualitário de responsabilidades em relação ao cuidado (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020).
- Incentivar a representação das mulheres em posições de liderança (OIT, 2021c).
- Apoiar iniciativas que busquem aumentar a presença de mulheres em ocupações e setores majoritariamente preenchidos por homens, como na indústria e nas diferentes áreas da engenharia e da tecnologia da informação.
- Promover programas de capacitação profissional dirigidos a mulheres em setores promissores nos quais a ocupação é predominantemente de mulheres, como a economia do cuidado e o complexo econômico e industrial da saúde.

Já entre as medidas que podem ser mobilizadas para fomentar o empreendedorismo feminino estão:

- Promover treinamentos profissionais e de negócios para as mulheres de baixa renda, desempregadas ou subempregadas, que podem ou não estar no sistema educacional formal (CODEPLAN, 2020).
- Apoiar financeiramente os pequenos negócios liderados por mulheres a partir de crédito direcionado. Esses negócios têm a capacidade de gerar um ciclo virtuoso de inclusão feminina, pois cerca de 70% das mulheres que têm funcionários empregam outras mulheres.
- Incentivar a formação de grupos cooperativos femininos para fomentar o empoderamento socioeconômico e o alcance de objetivos específicos. Esses grupos podem envolver poupança intragrupo, empréstimos, microsseguros, geração coletiva de renda e crédito em grupo (CODEPLAN, 2020).



Exemplos de iniciativas para apoiar as mulheres

Projeto Mães da Favela. Como muitas famílias lideradas por mulheres tiveram a renda afetada durante a pandemia, a Central Única das Favelas (CUFA) criou esta iniciativa com o objetivo de auxiliar as mães solo. Em 2020, cerca de 1,3 milhão de famílias receberam auxílio financeiro e alimentos (CUFA, 2021).

“Cesta básica” de tecnologias de informação e comunicação para mulheres. Com o objetivo de reduzir a brecha digital entre homens e mulheres e de enfrentar os desafios de conectividade e acesso a tecnologias, esta iniciativa oferece uma “cesta básica” composta por um laptop, um smartphone, um tablet e um plano de conexão para mulheres sem acesso a essas tecnologias nos países da América Latina e do Caribe (ONU MUJERES, 2021).

Programa de reconhecimento de contribuições para tarefas assistenciais. O programa avança nas ações relacionadas à economia do cuidado e na valorização do trabalho de cuidado, reconhecendo o cuidar dos filhos como tempo de serviço para a aposentadoria das mulheres na Argentina (IBDP, 2021).

Movimento Equidade é Prioridade: Gênero. Este movimento tem o objetivo de estimular a presença de mulheres em cargos de alta liderança e gestão no setor privado brasileiro. As empresas que aderem a esse projeto estabelecem metas para diminuir a desigualdade de gênero e podem participar de workshops, palestras e consultoria individualizada (PACTO GLOBAL, 2021b).

9. A discussão ainda é incipiente no Brasil. Algumas iniciativas estão em discussão, como o PL 7179/2017, que dispõe sobre a participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas (BRASIL, 2017).

Cotas de gênero para conselhos de diretorias. A Noruega tem experiência com cotas para mulheres em cargos de liderança desde 2007. Outros países como Bélgica, França, Holanda, Itália e Islândia também vêm aderindo a esse tipo de política¹⁰ (NORWAY, 2017).

Rede Mulher Empreendedora (RME) e Instituto Rede Mulher Empreendedora. A RME promove eventos e cursos, assim como faz ponte entre negócios liderados por mulheres com grandes empresas. Já o Instituto apoia e cria projetos e iniciativas capazes de empoderar empreendedoras, garantindo a independência financeira de mulheres (REDE MULHER EMPREENDEDORA, 2021).

Projeto Qualifica Mulher. Iniciativa que tem como objetivo oferecer cursos sobre empreendedorismo, gastronomia, artesanato, hotelaria e educação financeira, além de promover oficinas de orientação profissional para capacitar pelo menos 270 mil mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2021c).

Fundo Dona de Mim. O objetivo desta iniciativa é oferecer acesso a microcrédito para que microempreendedoras individuais impactadas pela pandemia possam iniciar ou manter uma atividade produtiva (FUNDO DONA DE MIM, 2020).

4

JOVENS

A população jovem do Brasil é, atualmente, a maior da história: há mais de 47 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos, configuração que tem sido denominada como “bônus demográfico”. As prospecções indicam que a tendência para o futuro é de inversão da pirâmide etária, ou seja, é possível que não haja mais uma oportunidade como a atual para o desenvolvimento da juventude brasileira (INSTITUTO VEREDAS; EM MOVIMENTO; PACTO DAS JUVENTUDES PELOS ODS, 2021). Jovens brasileiros de 15 a 29 anos representam quase um terço da população economicamente ativa no Brasil, e o grupo da juventude é diverso nas inúmeras identidades que compõem em termos de gênero, cor, renda, território, sexualidade, entre outras. Quando os indivíduos pertencem a mais de um grupo considerado vulnerável, somam-se os desafios e aumentam-se as desigualdades existentes (OIT, 2021b; ROSAS, 2021; YOUTH VOICES BRASIL, 2021). A forma como as necessidades e essa diversidade das juventudes for abordada será determinante para as condições futuras desta geração.

Desde o início da pandemia, houve uma perda de aprendizagem dos estudantes que é equivalente a vários anos escolares. As consequências são imediatas, mas também de médio prazo, ao dificultarem a capacidade futura de entrada no mercado de trabalho. Essas perdas de aprendizagem são menos sensíveis à medida que os

10. É possível acessar dados sobre cotas de gênero na base disponível [aqui](#).

estudantes aumentam seu nível educacional. O despreparo desses futuros profissionais poderá se tornar um entrave para o aumento de produtividade e competitividade de diversos setores da economia, além de uma perda de R\$ 700 bilhões na renda dos jovens durante sua vida profissional (CHAVES, 2021). O tamanho da perda vai depender de quanto o país investir e agir para recuperar a aprendizagem perdida. Será necessário um compromisso da sociedade brasileira com essa geração por pelo menos uma ou duas décadas (IDOETA, 2021; REZENDE, 2021).

Há uma estreita relação entre a educação e a empregabilidade, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade, menor a chance do trabalhador ser afetado em períodos de crise no mercado de trabalho.

A chance de ficarem desempregadas é 2,20 vezes maior para as pessoas com ensino fundamental em relação às com ensino superior, e é 2,17 vezes maior para as pessoas com ensino médio em relação às com ensino superior. Quando se analisa o impacto da crise gerada pela pandemia, é possível observar que ele foi maior entre os trabalhadores com ensino médio incompleto – para este grupo, a taxa aumentou de 18,5% para 23,7% entre o quarto trimestre de 2019 e o mesmo período em 2020. A desocupação entre pessoas com ensino médio completo saltou de 12,2% em 2019 para 16,1% em 2020; em contrapartida, a ocupação dos trabalhadores com ensino superior continua se expandindo, apesar da crise (LAMEIRAS, 2021; SEMESP, 2020). Diante disso, é importante reconhecer que as condições iniciais do mercado de trabalho geram efeitos negativos de longo prazo nos empregos e salários, sobretudo para os trabalhadores com formação somente até o ensino médio. Ocorre o que se tem chamado de “efeito cicatriz”, que se refere aos impactos de longo prazo da perda de emprego sobre os rendimentos do trabalhador e que se aplica especialmente para as pessoas com níveis mais baixos de escolaridade, podendo durar pelo menos nove anos (SILVA, 2021).

Ao mesmo tempo, a pandemia já impactou a vida profissional da atual juventude em termos de renda, de formas de trabalho e das vias para ingressar no mercado de trabalho.

Já era desafiador para os jovens conseguirem um emprego e, com a pandemia, isso se tornou ainda mais difícil: entre 2020 e 2021, a taxa de desocupação para aqueles entre 15 e 29 anos passou de 49,37% para 56,34%. Para os que estavam ocupados, no entanto, a situação também era desafiadora, já que boa parte da ocupação dos jovens – especialmente para os de baixa renda e negros – se dá em atividades precárias. No Brasil, a estimativa é que cerca de 38% da população economicamente ativa com até 29 anos de idade esteja na informalidade (BRASIL, 2021d), ou seja, tem ocupações com baixos salários e sem proteção ou direitos. A falta de oportunidades pode levar ao “empreendedorismo de necessidade”, que igualmente oferece condições de trabalho pouco dignas. Entre os que conseguiram manter os seus empregos, a jornada de trabalho foi reduzida em 23%, consequentemente causando uma redução da renda. Com o crescimento do home office, a falta de acesso à internet exacerbou as desigualdades já existentes (BRASIL, 2021b; CONJUVE, 2021; NERI, 2021).

Comparado com outros grupos etários, o grupo de jovens trabalhadores também é o mais ameaçado pela automação. Devido à sua formação ainda inicial, os jovens tendem a realizar atividades mais simples no mercado de trabalho, que exigem menos atributos cognitivos e socioemocionais, e são justamente essas as atividades que têm maior chance de ser automatizadas. Além disso, em um contexto de redução do número de vagas e aumento da competição, inclusive com outras faixas etárias, os jovens podem ser ainda mais excluídos se não avançarem em sua qualificação.



Nesse contexto, há pelo menos três grupos que merecem a atenção estratégica da gestão pública:

jovens com ensino médio incompleto; jovens que concluíram o ensino médio, mas que não deram continuidade à sua formação; e estudantes universitários de baixa renda. A seguir, são discutidos com mais detalhe os desafios enfrentados por esses grupos e são indicadas algumas medidas que poderiam ser úteis para lidar com esses desafios.

Jovens com ensino médio incompleto – Mesmo antes da pandemia, uma grande proporção de jovens não concluíam o ensino médio, ou não o faziam dentro do tempo esperado. O primeiro ano do ensino médio é quando ocorre o pico de evasão: 1 em cada 4 estudantes é reprovado ou abandona a escola. Em 2020, a necessidade de trabalhar foi o motivo para 39,1% dos jovens abandonarem a escola, enquanto 29,2% a abandonaram por falta de interesse. Entre as mulheres, 23,8% desistem por gravidez e 11,5%, devido à necessidade de trabalhar em atividades domésticas (CONJUVE, 2021; CRUZ; NOGUEIRA FILHO; CORRÊA, 2021; OCDE, 2021; OXFAM, 2021). Além disso, frente às restrições da pandemia, a falta de acesso à internet de qualidade e a disponibilidade de poucos dispositivos para acessar a rede sendo compartilhados por várias pessoas de uma mesma família tornaram ainda mais difícil a conclusão do ensino médio (BEDICKS; LEAL; MELO, 2021; OXFAM, 2021).

Entre as possíveis medidas que poderiam ser empregadas para apoiar esse grupo de jovens estão:

- Estabelecer programas de transferência de renda com condicionalidades que estimulem os jovens a concluir o ensino médio.
- Criar programas que busquem recuperar os jovens que evadiram do ensino médio para que voltem a se inserir no seu processo de educação formal.
- Implementar programas de reforço e tutoria para apoiar os estudantes a recuperarem a defasagem no ensino (SÁINZ; SANZ; CAPILLA, 2021).

- Implementar leis de incentivo fiscal para a educação, permitindo que as empresas destinem recursos a projetos de formação profissional (DYNIEWICZ, 2020).
- Estabelecer parcerias com empresas para reforçar as oportunidades criadas por meio da Lei de Aprendizagem, favorecendo que os jovens possam se manter nas escolas e receber apoio financeiro (VAHDAT et al., 2020).
- Oferecer programas de educação e treinamento técnico e vocacional para preparar os jovens com as habilidades necessárias para acessar postos de trabalho no contexto pós-pandemia (ONU, 2021). Nesse aspecto, é importante que as iniciativas de qualificação estejam conectadas com as demandas do mercado de trabalho e com as transformações em curso (BEDICKS; LEAL; MELO, 2021).

Jovens que concluíram o ensino médio, mas que não deram continuidade à sua formação – Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio no Brasil; dos que o completaram, 82% não acessaram o ensino superior (CONJUVE, 2021; OXFAM, 2021). Há diversos fatores que podem levar o jovem a não dar continuidade à sua formação. Entre eles estão a necessidade de trabalhar para contribuir na economia familiar ou para sustentar a sua própria família, a falta de oportunidades para receber uma formação de qualidade e a desesperança de acessar o ensino superior por não ter condições de arcar com os custos implicados ou por não acreditar que essa formação traga resultados significativos (INSTITUTO VEREDAS; EM MOVIMENTO; PACTO DAS JUVENTUDES PELOS ODS, 2021).

Entre as possíveis medidas que poderiam ser empregadas para apoiar esse grupo de jovens estão:

- Realizar campanhas de comunicação com o uso de *role models* para os jovens se familiarizarem com as diferentes possibilidades de trajetórias que podem percorrer.
- Oferecer programas de orientação vocacional e formação de habilidades para a vida com conexões com potenciais oportunidades de formação e trabalho.
- Proporcionar programas de capacitação técnica para jovens com habilidades relevantes para o futuro, os quais podem ser complementados com bolsas de estudo (OIT, 2020c; YOUTH VOICES BRASIL, 2021).
- Promover programas de emprego público para inserir os jovens em obras comunitárias ou em serviços de baixa complexidade junto à gestão pública.

- Mapear e promover programas de aprendizagem informais de âmbito local para ampliar as oportunidades de inserção, os quais podem contar com apoio financeiro do governo para pequenos negócios locais.
- Reduzir os impostos para programas de estágio e posições de entrada para facilitar a contratação pelas empresas.

Estudantes universitários de baixa renda – Os programas desenvolvidos nos últimos anos no Brasil, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), permitiram que o acesso ao ensino superior fosse ampliado no país. Com o impacto econômico gerado pela pandemia e a redução dos recursos destinados a esses programas, muitos estudantes viram ameaçadas as suas possibilidades de concluir seus cursos ou acessar um programa de nível superior, já que não teriam condições de arcar com os custos implicados (BEDICKS; LEAL; MELO, 2021; OXFAM, 2021).

Entre as medidas que poderiam ser empreendidas para apoiar esse grupo de jovens estão:

- Fortalecer programas de bolsas de estudos nos âmbitos municipal e estadual para permitir que os jovens concluam sua formação. Esses programas podem ser combinados com a prestação de serviços no setor público ou privado, sem impedir a continuidade da formação.
- Criar linhas de financiamento que permitam que os estudantes concluam seus estudos e, quando for o caso, possam pagar os empréstimos uma vez que estejam trabalhando.
- Reduzir os impostos para programas de estágio e posições de entrada para facilitar a contratação pelas empresas.
- Estimular a inclusão de módulos de formação em empreendedorismo nos currículos universitários para diversificar as opções de trabalho dos estudantes.
- Fortalecer o serviço de intermediação de vagas de trabalho para facilitar a conexão entre vagas e candidatos. No âmbito desse serviço, é possível o oferecimento de aconselhamento de carreira e recomendação de cursos (CEPAL, 2021d; OIT, 2021d).

Exemplos de iniciativas para apoiar os jovens

Programa Formare. Por meio do voluntariado empresarial e da mobilização da capacidade técnica das empresas, a Fundação Lochpe promove programas de aprendizagem ao criar oportunidades de educação profissional a jovens de baixa renda, tanto para aqueles que ainda cursam o ensino médio como para os que já se formaram, mas que não deram continuidade à sua formação (FORMARE, [202-?]).

Programa de Formação para o Mundo do Trabalho (FMT). Oferece capacitação técnica e socioaprendizado para pessoas de 14 a 22 anos em situação de vulnerabilidade. Para tanto, é necessário estar matriculado na rede pública de ensino, a partir do 9º ano do ensino fundamental, ou já ter concluído o ensino médio. Além das habilidades técnicas e do conhecimento sobre empreendedorismo, o programa estimula a troca de experiências e o aprendizado de normas e regras sociais a partir do eixo “ser e conviver” (ESPRO, [202-?]).

Programa Novos Caminhos. Tem como objetivo o fortalecimento da política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), apoiando redes e instituições de ensino no planejamento da oferta de cursos. Esse planejamento é baseado nas diferentes realidades de cada território e conforme as demandas do setor produtivo por educação profissional e tecnológica com informações subdivididas em mesorregiões. A gestão do planejamento se baseia em um referencial normativo, que é o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, [201-?]).

Primeo. Esta iniciativa apoia jovens a ingressar no mercado de trabalho e envolve oficinas temáticas para o desenvolvimento de habilidades de tecnologia, produtividade, participação em entrevistas e elaboração de currículo, além de oferecer capacitação sobre design gráfico e orientação profissional. O programa apresenta dicas práticas sobre como e onde procurar o primeiro emprego na cidade de residência do participante (PRIMEO, 2021).

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Busca ofertar cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a partir de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que envolvem as secretarias de educação estaduais (BRASIL, 2018).

Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Destinando-se a estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, o objetivo do programa é democratizar o acesso e a permanência na educação superior a partir do oferecimento de bolsas de auxílio-moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, apoio pedagógico e creches (BRASIL, [202-?]).

Programa Universidade para Todos (ProUni). Voltado a estudantes de baixa renda, tem o objetivo de promover o acesso ao ensino superior. O programa concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em cursos de graduação em instituições privadas (BRASIL, [202-?]).

5

SENIORES

Os seniores¹² terão cada vez mais um papel fundamental na sociedade, uma vez que a pirâmide etária brasileira está se invertendo, isto é, caminhando para o envelhecimento populacional (JIMÉNEZ et al., 2021). A preparação para esta inversão demográfica demanda mudanças estruturais, já que a cultura, os processos de seleção, as formas de trabalho e até mesmo a maneira de educar estão desenhados para uma força de trabalho mais jovem. A mudança demográfica, então, deve ser uma oportunidade de ajuste das formas de trabalho e as transformações devem começar no presente. No entanto, a absorção de seniores tem se tornado cada vez mais difícil, dadas as elevadas taxas de desemprego no Brasil e a acirrada concorrência no mercado de trabalho formal, que oferta vagas muito pontuais para esse público (SATO; LANCMAN, 2020). Em geral, os seniores não são considerados para os trabalhos que exigem pouca qualificação e esforço físico; muitas vezes, ainda, são vistos como uma mão de obra cara e também podem ser considerados como conservadores e incapazes de acompanhar mudanças e ter aprendizados constantes. Apesar desse estigma, esses profissionais têm muito a contribuir com soft skills, inteligência emocional, relacionamento com o público, diversidade e experiências acumuladas.

Mais especificamente com relação às pessoas idosas¹³, a pandemia afetou duramente setores em que grande parte desse público estava ocupado e contribuiu para a intensificação do preconceito etário no mercado de trabalho. Cerca de 91% dos brasileiros com mais de 60 anos contribuem para o sustento da família, além de representarem as principais fontes de renda em 52% dos lares. Tendo em vista também o aporte dos idosos para a economia, que representa mais de R\$ 3 bilhões, o público 60+ desempenha um papel socioeconômico importante e precisa estar preparado para o futuro do trabalho. É preciso incentivar e preparar esse público para um mercado de trabalho digital, diverso, horizontal, multigeracional e colaborativo (KALACHE; LITVAK, 2021). Desde o início da pandemia, entretanto, muitos empregadores estiveram receosos em contratar e manter idosos em seus postos de trabalho devido à maior vulnerabilidade desse grupo aos riscos da Covid-19. Além disso, em 2020, 71% dos idosos estavam ocupados no setor de serviços, um dos mais afetados pela pandemia e pela digitalização. Assim, a desocupação, que já apresentava altos índices, se intensificou. No primeiro trimestre de 2020, mais de 1,3 milhão de idosos deixaram de trabalhar ou de procurar por uma vaga de emprego, além do aumento da demanda por conhecimento de tecnologia ter também contribuído para a exclusão dos idosos (ALEGRETTI, 2020). Apesar da pandemia ter acelerado o uso de tecnologias por esse público, especialmente para atividades do dia a dia, como acesso às contas bancárias e compras digitais em supermercados, ainda há desafios para o seu uso no ambiente de trabalho (MOTA, 2020).

12. Considerando-se como seniores as pessoas a partir de 50 anos.

13. Pessoas a partir de 60 anos.

Para o enfrentamento do preconceito etário e a inclusão dos seniores no mercado de trabalho, recomenda-se a mobilização das seguintes medidas:

- Aprovar leis contra discriminação etária.
- Fomentar ações afirmativas, como a destinação de determinadas porcentagens do volume de vagas disponíveis exclusivamente para os seniores.
- Reduzir os impostos para a contratação de pessoas com mais de 50 anos para facilitar a sua contratação pelas empresas.
- Estimular o desenvolvimento das diversas dimensões da chamada “economia prateada”, nas quais o público sênior tem uma maior sensibilidade para ter suas demandas atendidas (OKUMURA et al., 2020).
- Organizar campanhas de sensibilização sobre longevidade, diversidade e inclusão junto às empresas.
- Incentivar a realização de processos de avaliação às cegas.
- Mapear setores que enfrentam escassez de mão de obra e estimular a contratação de seniores especialmente em atividades que exigem atenção aos consumidores (SATO; LANCMAN, 2020).
- Estimular a inserção dos seniores em redes que fazem intermediação de mão de obra e conexão com o mercado de trabalho.
- Impulsionar iniciativas em prol da inclusão digital para o mercado de trabalho, promovendo capacitação sensível às necessidades de aprendizado desse público.
- Fomentar a participação dos seniores no desenvolvimento de tecnologias para o desenvolvimento de soluções sensíveis à acessibilidade desse público.
- Incentivar a participação dos seniores nos treinamentos e no desenvolvimento organizacional.
- Promover capacitação para incentivar o empreendedorismo, explorando caminhos simples, que não coloquem em risco a vida financeira das famílias e que possam ser desenvolvidos por meios digitais.



Exemplos de iniciativas para apoiar seniores

Desenvolvimento de serviços a idosos para gerar vantagens competitivas.

Regiões que constroem uma economia em torno de serviços específicos têm o potencial de atrair aposentados de alta renda, nacionais e estrangeiros, gerando vantagens competitivas com as regiões que não dispõem desses serviços. Este é um movimento na direção dos investimentos nas várias dimensões da economia prateada que tem acontecido na Flórida e, em certa medida, em alguns locais do México (OKUMURA et al., 2020).

Movimento LAB60+. Movimento focado em quatro eixos: 1) trabalho e empreendedorismo, articulando-se com parceiros estratégicos; 2) inovação social e saúde, buscando ampliar a qualidade de vida dos idosos; 3) educação, oferecendo cursos profissionalizantes; e 4) o Programa Empreendedorismo na Periferia, voltando-se para empreendedores sociais que atuam com a longevidade nas periferias (LAB60+, 2020).

Projeto 60+. Criado pela PretaHub, tem o objetivo de ensinar mulheres negras e indígenas com mais de 60 anos a usar a internet para posicionarem seus negócios, assim ganhando mais espaço no mercado. Além do apoio para a inclusão digital, essa iniciativa também conta com acompanhamento psicológico gratuito e ajuda financeira (DIAS, 2021).

Labora. Startup de impacto social, focada em escalar a inclusão da diversidade geracional nas empresas. A empresa utiliza tecnologia para a identificação de talentos adequados às necessidades das empresas, além de apoiar o desenvolvimento e o mapeamento de habilidades dos seniores (LABORA, 2020).

MaturiJobs. Plataforma que reúne oportunidades de trabalho, desenvolvimento pessoal, capacitação profissional, empreendedorismo e networking com o objetivo de compartilhar oportunidades de emprego para os seniores (MATURI, 2020).

Centro de Política Sênior da Noruega. Centro especializado financiado pelo Ministério do Trabalho norueguês, tem o objetivo de conscientizar sobre os benefícios da adaptabilidade no local de trabalho, uma vez que grande parte da força de trabalho do país está envelhecendo. O centro incentiva uma ampla gama de atividades para motivar os seniores a permanecerem por mais tempo no mercado de trabalho e estimular a diversidade etária (SONNET; OLSEN; MANFREDI, 2014).

Contrato de geração da França. Trata-se de uma alavanca criada pelo governo francês para mudar as práticas de gestão de idade em empresas de todos os tamanhos. O objetivo é instituir ações específicas e negociadas para promover a contratação de seniores, assim como a de jovens, e a transmissão de conhecimentos e competências (SONNET; OLSEN; MANFREDI, 2014).

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Fiocruz. 2012.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Preservação da Amazônia através da Bioeconomia**. 3 de agosto de 2020. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2020/08/03/preservacao-da-amazonia-atraves-da-bioeconomia/> Acesso em: 15 Set. 2021.

ALEGRETTI, L. **Coronavírus: por que pandemia está acelerando a saída de idosos do mercado de trabalho**. BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53109747> Acesso em 28 de agosto de 2021.

ALESSI, G. A luta contra o coronavírus tem o rosto de mulheres. **El País**, São Paulo, 2 mai. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-02/a-luta-contra-o-coronavirus-tem-o-rosto-de-mulheres.html>. Acesso em: 29 jul. 2021.

ALLAIN-DUPRÉ, D. et al. The territorial impact of COVID-19: Managing the crisis across levels of government. **OECD**, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/the-territorial-impact-of-covid-19-managing-the-crisis-and-recovery-across-levels-of-government-a2c6abaf/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

APF. **ONGs, setor público e empresários se unem em projeto para combater miséria em favelas**. Associação Paulista de Fundações, 2021. Disponível em: <http://www.apf.org.br/fundacoes/index.php/noticias/todas-as-noticias/5209-ongs-setor-publico-e-empresarios-se-unem-em-projeto-para-combater-miseria-em-favelas.html> Acesso em 28 de agosto de 2021.

BAOBÁ. **Programa de Recuperação Econômica de Pequenos Negócios de Empreendedores(as) Negros(as)**. Fundo Baobá, 2021. Disponível em: <https://baoba.org.br/programa-de-recuperacao-economica/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

BARBOSA, A.,L.,N.,H.; COSTA, J.,S.; HECKSHER, M. **Mercado de Trabalho e Pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Nota Técnica 69, Mercado de trabalho, Julho de 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercdetrabalho.pdf Acesso em 26 de agosto de 2021.

BARROS, B. W. **O sistema prisional em 2020-2021: entre a Covid-19, o atraso na vacinação e a continuidade dos problemas estruturais**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/11-o-sistema-prisional-em-2020-2021-entre-a-covid-19-o-atraso-na-vacinacao-e-a-continuidade-dos-problemas-estruturais.pdf> Acesso em 22 de agosto de 2021.

BEDICKS, F.; LEAL, S. M.; MELO, B. A. **Juventude durante e pós pandemia: impactos, inseguranças e oportunidades**. Politize, 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/juventude-oportunidades/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

BETTI, L.; GARCIA, M. Como cidades financiam a infraestrutura – e como o farão na retomada pós-pandemia? **WRI Brasil**. 10 de jun. 2021. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/cidades/como-cidades-financiam-infraestrutura-e-como-o-farao-na-retomada-pos-pandemia>. Acesso em: 8 de agosto de 2021.

BICALHO, F. W. Infraestrutura resiliente: un imperativo para el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe. **CEPAL - Serie Comercio Internacional**, N° 160, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46646/1/S2000675_es.pdf. Acesso em: 13 de ago. 2021.

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Retomada nos municípios: por onde começar**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Brasil, Abril, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18235/0003234>. Acesso em: 18 de Agosto, de 2021.

BNDES. **Finanças verdes e investimentos sustentáveis abrem leque de oportunidades para o Brasil**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2020. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/financas-verdes-e-investimentos-sustentaveis-abrem-leque-de-oportunidades-para-o-brasil> Acesso em: 14 de setembro de 2021.

BOSCHI, R. State Capabilities as a Challenge to Public Policy. In: CASTRO, A. C.; FILGUEIRAS, F. (ed.). **The State in the 21st Century**. Brasília, DF: Enap, 2018. p. 337-367. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fernando-Filgueiras/publication/328532045_THE_STATE_IN_THE_21_ST_CENTURY/links/5bd2fa834585150b2b87df9f/THE-STATE-IN-THE-21-ST-CENTURY.pdf#page=338 Acesso em 03 de setembro de 2021.

BRASIL, C. I. Pandemia ainda provoca impactos no mercado de trabalho, diz Ipea. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 28 de jun. 2021b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-06/pandemia-ainda-provoca-impactos-no-mercado-de-trabalho-diz-ipea>. Acesso em: 21 de ago. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7179**, de 21 de março de 2017. Dispõe sobre a participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2126313> Acesso em 26 de agosto de 2021.

BRASIL. **Cerca de 270 mil mulheres vão receber capacitação profissional nos próximos dois anos**. 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/cerca-de-270-mil-mulheres-va-receber-capacitacao-profissional-nos-proximos-dois-anos> Acesso em 26 de agosto de 2021.

BRASIL. **Energia renovável chega a quase 50% da matriz energética brasileira**. 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2021/08/energia-renovavel-chega-a-quase-50-da-matriz-eletrica-brasileira-1> Acesso em 16 de setembro de 2021.

BRASIL. **Juventude e informalidade no Brasil: é possível reduzir as barreiras à entrada no mercado formal de trabalho?** 2021d. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2021/nota_jovens_spe.pdf. Acesso em 22 de agosto de 2021.

BRASIL. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011. 148 p. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. **Programa Novos Caminhos**. Ministério da Educação, [201-?]. Disponível em: <http://novoscaminhos.mec.gov.br/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

BRASIL. **Programas e ações.** [202-?]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12498&Itemid=820 Acesso em 22 de agosto de 2021.

BRASIL. **Pronatec.** 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec> Acesso em 22 de agosto de 2021.

BRASSCOM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Formação Educacional e Empregabilidade em TIC. **Relatório de Inteligência e Informação BRI2- 2019-010 v81**, 9 ago. 2019. Disponível em: <https://brasscom.org.br/estudo-brasscom-formacao-educacional-e-empregabilidade-em-tic-achados-e-recomendacoes/>. Acesso em 1º set. 2020.

BROWDER, G. et al. **Integrating Green and Gray: Creating Next Generation Infrastructure.** Washington, DC: World Bank and World Resources Institute. 2019. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/31430>. Acesso em: 16 Set. 2021.

CARRANÇA, T. **A favela que está combatendo a covid-19 e o desemprego de jovens ao mesmo tempo.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/20/a-favela-que-esta-combatendo-a-covid-19-e-o-desemprego-de-jovens-ao-mesmo-tempo.ghtml> Acesso em 28 de agosto de 2021.

CASTELLO, G.; VIEIRA, P.; PICANÇO, M. (Coords.) **Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade.** Nota técnica no. 24, Rede de Pesquisa Solidária em Políticas Públicas e Sociedade, 18 de setembro de 2020. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/boletins/boletim-24/entre-as-liderancas-e-forte-a-percepcao-de-que-os-idosos-sao-os-mais-afetados-pela-pandemia-a-presenca-da-fome-de-criancas-sem-aula-e-pais-preocupados-com-a-falta-de-estruturas-escolas-acentuara/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

CEPAL. **Building forward better: action to strengthen the 2030 Agenda for Sustainable Development Economic Commission for Latin America and the Caribbean, (LC/FDS.4/3/Rev.1),** Santiago, 2021c. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46696/1/S2100124_en.pdf Acesso em 22 de agosto de 2021.

CEPAL. La paradoja de la recuperación en América Latina y el Caribe. Crecimiento con persistentes problemas estructurales: desigualdad, pobreza, poca inversión y baja productividad. **Informe Especial COVID-19.** No. 11. Julho 2021b. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/54267>. Acesso em: 25 de julho de 2021.

CEPAL. **Programas de empleo juvenil:** revalidación de su papel en la agenda pública pospandemia de COVID-19. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2021d. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/54323> Acesso em 22 de agosto de 2021.

CEPAL. **Tecnologías digitales para un nuevo futuro.** Santiago: Nações Unidas, Abril 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/53790>. Acesso em: 5 de agosto de 2021a.

CEPAL; KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG. **Post Pandemic Covid-19 Economic Recovery:** Enabling Latin America and the Caribbean to better harness e-commerce and digital trade. Cidade do Panamá: Nações Unidas, Konrad-Adenauer-Stiftung IDB, 2021. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46858>. Acesso em: 1 de agosto de 2021.

CHAVES, L. R. **Educação na pandemia**- Déficit de aprendizagem em escolas da rede pública poderá impactar renda futura dos estudantes. Pesquisa Fapesp, 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/educacao-na-pandemia/>

CNI. **ECONOMIA CIRCULAR** - OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA. Confederação Nacional da Indústria, Brasília, 2018. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/2f/45/2f4521b9-d1eb-44f7-b501-cda01254738a/miolo_economia_circular_pt_web.pdf Acesso em 16 de setembro de 2021.

CNI. **Economia circular**: entenda o que é, suas características e benefícios. Confederação Nacional da Indústria, [202-?]. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/economia-circular/> Acesso em 16 de setembro de 2021.

COALITION FOR URBAN TRANSITIONS. **Seizing the urban opportunity**. How National governments can recover from Covid-19, tackle the climate crisis and secure shared prosperity through cities: insights from six emerging economies. Coalition for Urban Transitions, 2021. Disponível em: https://urbantransitions.global/wp-content/uploads/2021/03/Seizing_the_Urban_Opportunity_WEB-1.pdf Acesso em 22 de agosto de 2021.

CODEPLAN. **Promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho**. COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, SECRETARIA DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL. Síntese de evidências, Brasília-DF, maio de 2020. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Promo%C3%A7%C3%A3o-da-igualdade-de-g%C3%AAnero-no-mercado-de-trabalho.pdf> Acesso em 26 de agosto de 2021.

COMOLI, E.; CANTO, K. **Pandemia impacta mais a vida das mulheres**. Portal da Unicamp, 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/08/19/pandemia-impacta-mais-vida-das-mulheres> Acesso em: 26 ago. 2021.

CONJUVE. **Juventudes e a Pandemia do Coronavírus** – 2ª edição (2021). Disponível em: https://mk0atlasdasjuve5w21n.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2021/06/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210607.pdf Acesso em 22 de agosto de 2021.

CRUZ, P.; NOGUEIRA FILHO, O.; CORRÊA, G. B. (Coords.) **2º RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DO EDUCAÇÃO JÁ**. Todos Pela Educação, 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/02/2o-Relatorio-Anual-de-Acompanhamento-do-Educacao-Ja-final.pdf> Acesso em 22 de agosto de 2021.

CUFA. **CUFA Lança Mães da Favela**. Central Única das Favelas, 2021. Disponível em: <http://cufa.org.br/noticia.php?n=ODI1> Acesso em 22 de agosto de 2021.

CUFA; INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Pandemia na Favela**: a realidade de 14 milhões de favelado no combate ao novo coronavírus. 2020. Disponível em: https://0ca2d2b9-e33b-402b-b217-591d514593c7.filesusr.com/ugd/eaab21_9837d312494442ceae8c11a751e2a06a.pdf. Acesso em: 8 ago. 2021.

CUNHA, A. M.; FERRARI, A. **É possível voltar à normalidade?** A economia global em um contexto pós-pandemia. Junho de 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213733/001117179.pdf?sequence=1> Acesso em 03 de setembro de 2021.

DELL TECHNOLOGIES. **Como a tecnologia pode ajudar a rastreabilidade no agronegócio?** Tecnologia no campo, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/dell-tecnologia-no-campo/noticia/2021/07/16/como-a-tecnologia-pode-ajudar-a-rastreabilidade-no-agronegocio.ghtml> Acesso em 16 de setembro de 2021.

DIAS, P. **Resposta à crise:** 12 projetos que auxiliam a reinserção profissional de mulheres negras e indígenas. O Globo, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/resposta-crise-12-projetos-que-auxiliam-reinsercao-profissional-de-mulheres-negras-indigenas-1-24959391> Acesso em 28 de agosto de 2021.

DMT. **OIT:** impacto da pandemia no mercado de trabalho global foi mais intenso do que o previsto. Democracia e Mundo do Trabalho, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/oit-impacto-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho-global-foi-mais-intenso-do-que-o-previsto/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

DYNIEWICZ, L. **'Efeito cicatriz':** crise ameaça carreira. O Estado de São Paulo, n.46373, 04/10/2020. Economia, p.B3. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/588442/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 22 de agosto de 2021.

EMBRAPA. **Selos Distintivos de Qualidade e Origem.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, [202-?]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/alimentos-e-territorios/areas-de-atuacao/selos-distintivos-de-qualidade-e-origem> Acesso em 16 de setembro de 2021.

ESPRO. **Programa de Formação para o Mundo do Trabalho (FMT).** Ensino Social Profissionalizante, [202-?]. Disponível em: <https://www.espro.org.br/seja-um-jovem-espro/formacao-para-o-mundo-do-trabalho/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

FALCÃO, M. Governo de Pernambuco vai bancar parte do salário de novos contratados em plano de retomada econômica. **Valor Econômico**, Recife, 3 de ago. de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/08/03/governo-de-pernambuco-vai-bancar-parte-do-salario-de-novos-contratados-em-plano-de-retomada-econmica.ghtml>. Acesso em: 12 de ago. de 2021.

FAO. **FAO and Cash+:** How to Maximize the Impacts of Cash Transfers. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i8739EN/i8739en.pdf> Acesso em 22 de agosto de 2021.

FAO. **Mulheres Rurais, Indígenas e Afrodescendentes:** Agentes-Chave Para Estratégias Efetivas De Recuperação Pós-Pandemia. 2020. Disponível em: www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1314723/ Acesso em 26 de agosto de 2021.

FAO. **Pro-poor COVID-19 responses for an inclusive post-pandemic economic recovery:** Economic inclusion and social protection to reduce poverty. Rural social protection and climate change after COVID-19. Food and Agriculture Organization of the United Nations. FAO COVID-19 Response and Recovery Programme, 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/3/cb3625en/cb3625en.pdf>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

FAO; CEPAL. 2020. **Food systems and COVID-19 in Latin America and the Caribbean:** Recovery with transformation: a mid-term overview. Bulletin No. 17. Santiago, FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/cb2536en/CB2536EN.pdf>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

FAO; CEPAL. 2021a. **Food systems and COVID-19 in Latin America and the Caribbean:** Digitalising agriculture for an inclusive transformation of rural societies. Bulletin 18. Santiago, FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/cb4677en/cb4677en.pdf> Acesso em 22 de agosto de 2021.

FAO; CEPAL. 2021b. **Food systems and COVID-19 in Latin America and the Caribbean:** How to strengthen urban food systems. Bulletin 19. Santiago, FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/cb5312en/cb5312en.pdf> Acesso em 22 de agosto de 2021.

FDC. **Longevidade** - negócios. Fundação Dom Cabral, Unimed Belo Horizonte e Hype 50+. Trend Book, volume 2, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1wISirp8xObpOxzle22gr5kv71vASg0zK/view> Acesso em 14 de setembro de 2021.

FLEMING, S. **What is green finance and why is it important?** World Economic Forum, 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2020/11/what-is-green-finance/> Acesso em 14 de setembro de 2021.

FORMARE. **PROGRAMA FORMARE: EMPRESAS PROTAGONISTAS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS PARA O FUTURO.** [202-?]. Disponível em: <https://formare.org.br/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Building Back Broader:** Policy Pathways for an Economic Transformation. Centre for the New Economy and Society. June, 2021. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GFC_NES_Policy_Pathways_for_an_Economic_Transformation_2021.pdf. Acesso em: 12 de ago. 2021.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **The Future of Jobs Report 2020.** World Economic Forum. 2020. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2020.pdf. Acesso em: 12 de ago. 2021.

FUKUYAMA, F. **The Pandemic and Political Order** - It Takes a State. The world after the pandemic, Foreign affairs, Julho/Agosto 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2020-06-09/pandemic-and-political-order> Acesso em 03 de setembro de 2021.

FUNDAÇÃO FHC. **Desafios e oportunidades para as energias renováveis no Brasil.** 2019. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/iniciativas/debates/desafios-e-oportunidades-para-as-energias-renovaveis-no-brasil> Acesso em 16 de setembro de 2021.

FUNDEP. **CAMINHOS PARA EXPANDIR A ECONOMIA CIRCULAR NO BRASIL: DOS PEQUENOS AOS GRANDES NEGÓCIOS.** Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, 2021. Disponível em: <https://www.fundep.ufmg.br/economia-circular-no-brasil/> Acesso em 16 de setembro de 2021.

FUNDO DONA DE MIM. **Microcrédito para Mulheres Empreendedoras Individuais.** 2020. Disponível em: <https://fundodonademim.org.br/#comofunciona> Acesso em 26 de agosto de 2021.

FURTADO, L. Finapop mobiliza a captação de recursos para a agricultura camponesa nordestina. **MST.** 24 de ago. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/24/finapop-mobiliza-a-captacao-de-recursos-para-a-agricultura-camponesa-nordestina/>. Acesso em: 19 de ago. 2021.

GADELHA, C. A. G. et al. **Dinâmica global, impasses do SUS e o CEIS como saída estruturante da crise.** Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 28, p. 281-302, jan.-abr. 2021. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/561/pdf>. Acesso em: 12 Set. 2021.

GADELHA, C. A. G. O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0: por uma visão integrada do desenvolvimento econômico, social e ambiental. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 28, p. 25-49, jan.-abr. 2021. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/550>. Acesso em: 17 de ago. 2021.

GINES, D.; WILLIAMS, J.; SHEPELWICH S. **Small business of color recovery guide-** For city leaders and community groups. Federal Reserve Bank of Kansas City, Federal Reserve Bank of Atlanta, 2020. Disponível em: https://www.kansascityfed.org/documents/7296/sbocrg_v11.pdf. Acesso em 22 de agosto de 2021.

GIULIETTI, V. **Confronting the pandemic with gender-equal business development for economic growth.** International Labour Organization, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/caribbean/newsroom/WCMS_808906/lang-en/index.htm Acesso em: 15 ago. 2021.

GOMES, M. D. L.; FERREIRA, P. A.; AM NCIO, J. M. Capacidade estatal e formulação de políticas sociais por municípios sob a ótica da gestão pública democrática. **Sociedade e Cultura**, vol. 20, núm. 1, pp. 83-104, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/703/70354189006/html/> Acesso em 09 de setembro de 2021.

GOMIDE, A. A. Condicionantes à execução do investimento em infraestrutura: achados e recomendações. In: GOMIDE, A. A.; PEREIRA, A. K. (Org.) **Governança da política de infraestrutura:** condicionantes institucionais ao investimento. Rio de Janeiro: IPEA. 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33721&catid=410&Itemid=433. Acesso em: 16 Set. 2021.

GOMIDE, A. A.; PEREIRA, A. K. Os desafios da governança da política de infraestrutura no Brasil: aspectos políticos e administrativos da execução do investimento em projetos de grande vulto. In: GOMIDE, A. A.; PEREIRA, A. K. (Org.) **Governança da política de infraestrutura:** condicionantes institucionais ao investimento. Rio de Janeiro: IPEA. 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33721&catid=410&Itemid=433. Acesso em: 16 Set. 2021.

GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. **Capacidades estatais para o desenvolvimento no século XXI.** IPEA, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6760/2/BAPI_n02_p25-30_RD_Capacidades-estatais_Diest_2012-ago.pdf Acesso em 03 de setembro de 2021.

GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Rev. Sociol. Polit.** vol.24 no.58 Curitiba June 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782016000200121&script=sci_arttext Acesso em 03 de setembro de 2021.

GUIMARÃES, J. **Jovens negros têm 'uberização' do trabalho como uma das poucas alternativas ao desemprego.** Coalizão empresarial para equidade racial e de gênero, 2021. Disponível em: <https://equidade.org.br/noticias/44024/jovens-negros-tem-uberizacao-do-trabalho-como-uma-das-poucas-alternativas-ao-desemprego> Acesso em 22 de agosto de 2021.

HEREDIA ZURITA, A.; DINI, M. Análisis de las políticas de apoyo a las pymes para enfrentar la pandemia de COVID-19 en América Latina. **Documentos de Proyectos** (LC/TS.2021/29). Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46743-analisis-politicas-apoyo-pymes-enfrentar-la-pandemia-covid-19-america-latina>. Acesso em: 7 de ago. 2021.

HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Comp.) **El cuidado en América Latina: mirando los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Medifé Edita, 2020. Disponível em: <https://www.fundacionmedife.com.ar/index.php/el-cuidado-en-america-latina>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

IBDP. **Argentina reconhece cuidados maternos como contribuição para a Previdência**. No Brasil, não há esse tipo de garantia. Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, 2021. Disponível em: <https://www.ibdp.org.br/noticia.php?n=7277> Acesso em 26 de agosto de 2021.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de ago. 2021.

IBGE. **Características gerais dos domicílios e dos moradores**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101707> Acesso em 15 de setembro de 2021.

ICLEI. **Finanças climáticas: um caminho para cidades verdes**. International Council for Local Environmental Initiatives, Governos Locais pela Sustentabilidade, 2021. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/financas-climaticas-um-caminho-para-cidades-verdes/>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

IDOETA, P. A. **Covid-19: pandemia pode gerar perdas bilionárias a gerações que estão na escola, diz estudo**. BBC News Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57310867> Acesso em 22 de agosto de 2021.

INSTITUTO VEREDAS; EM MOVIMENTO; PACTO DAS JUVENTUDES PELOS ODS (Org.). **Atlas das Juventudes**. Brasília: Instituto Veredas, 2021.

ITAÚ CULTURAL. **“Declaração de Roma”**: propostas dos ministros da Cultura do G20 para o mundo. 3 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/secoes/observatorio-itaucultural/declaracao-de-roma-propostas-dos-ministros-de-cultura-para-o-mundo>. Acesso em: 10 Set. 2021.

JIMÉNEZ, C. et al. **The Silver Economy: A mapping of actors and trends in Latin American and the Caribbean**. [s.l.] Inter-American Development Bank, 2021. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/english/document/silver-economy-a-mapping-of-actors-and-trends-in-latin-america-and-the-caribbean.pdf> Acesso em 30 de agosto de 2021.

JORNAL DA USP. **Busca por novas fontes de energia renováveis abre caminho para o uso do hidrogênio**. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/busca-por-novas-fontes-de-energia-renovaveis-abre-caminho-para-o-uso-do-hidrogenio/> Acesso em 16 de setembro de 2021.

JORNAL DA USP. **Em 2030, Brasil terá a quinta população mais idosa do mundo**. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/em-2030-brasil-tera-a-quinta-populacao-mais-idosa-do-mundo/> Acesso em 15 de setembro de 2021.

KALACHE, A.; LITVAK, M. **Idosos devem se preparar para futuro do trabalho.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/05/idosos-devem-se-preparar-para-futuro-do-trabalho.shtml> Acesso em 28 de agosto de 2021.

LAB60+. **Trabalho e empreendedorismo.** 2020. Disponível em: <https://www.lab60.me/trabalho-e-empreendedorismo> Acesso em 28 de agosto de 2021.

LABORA. **Quem somos.** 2020. Disponível em: <https://www.labora.tech/pt/quem-somos> Acesso em 28 de agosto de 2021.

LAMEIRAS, M. A. P. **Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano.** IPEA, NÚMERO 51, NOTA DE CONJUNTURA 6, 2º TRIMESTRE DE 2021. Disponível em: https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/04/210413_cc51_nota_mercado_de_trabalho.pdf Acesso em 22 de agosto de 2021.

LEVIN, K.; WASKOW, D.; GERHOLDT, R. Mudanças climáticas alarmantes: veja 5 grandes resultados do relatório do IPCC. **WRI Brasil.** 9 de ago. 2021. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/clima/ipcc-relatorio-mudancas-climaticas-2021>. Acesso em: 18 de ago. 2021.

LEVY, S. Suggestions for the Emergency. **UNDP Latin America and the Caribbean - COVID19 | Policy Documents Series.** UNDP LAC C19 PDS No. 2. March, 2020. Disponível em: https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/en/home/library/crisis_prevention_and_recovery/suggestions-for-the-emergency.html. Acesso em: 27 jun. 2020.

LOSEKANN, L.; HALLACK, M. C. M. **Novas energias renováveis no Brasil: desafios e oportunidades.** Ipea, 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8446/1/Novas%20energias%20renov%C3%A1veis%20no%20Brasil_desafios%20e%20oportunidades.pdf Acesso em 16 de setembro de 2021.

LOTTA, G. S. **Redes e Parcerias em Políticas Sociais:** novos arranjos institucionais de coprodução de serviços nos municípios brasileiros. 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2884> Acesso em 23 de ago. 2021.

MANZANO, M.; BORSARI, P. **Covid-19 e risco de colapso dos pequenos negócios no Brasil.** Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT. Instituto de Economia/UNICAMP: 2020. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/06/Manzano-e-Pietro-Pequenos-Neg%C3%B3cios-e-pandemia.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MATURI. **Como surgiu a Maturi (ex MaturiJobs).** 2020. Disponível em: <https://www.maturi.com.br/historia/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. C. R. **The Age of Missions:** Addressing Societal Challenges Through Mission-Oriented Innovation Policies in Latin America and the Caribbean. Nova York: BID, Novembro 2020. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/age-missions-addressing-societal-challenges-through-mission-oriented-innovation-policies-latin>. Acesso em: 27 de jun. de 2021.

McCORMICK, K.; KAUTTO, N. The Bioeconomy in Europe: an overview. **Sustainability**, v. 5, n. 6, p. 2.589-2.608, 2013. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/5/6/2589> Acesso em: 13 Set. 2021.

MONTEIRO, S. Reordenar Políticas Sociais e Crescimento Econômico: um plano para o país. **Revista Conjuntura Econômica.** Julho 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/mailling/2021/conjuntura-economica/07-julho/revista/1676619/3/>. Acesso em: 11 de ago. 2021.

MOTA, L. **Quarentena acelera inclusão digital de idosos**. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quarentena-acelera-inclusao-digital-de-idosos/> Acesso em 28 de agosto de 2021.

MOVER. **Movimento Pela Equidade Racial**. 2021. Disponível em: <https://somosmover.org/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

NERI, M. **Juventudes, Educação e Trabalho: Impactos da Pandemia nos Nem-Nem**, Rio de Janeiro, RJ – 2021 - FGV Social. Disponível em: https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/05/TEXTO-Pandemia-Jovens-Nem-Nem_Sumario-Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf Acesso em 22 de agosto de 2021.

NORWAY. **Sharing Norway's experience with gender quotas for boards**. 2017. Disponível em: <https://www.norway.no/en/missions/eu/about-the-mission/news-events-statements/news2/sharing-norways-experience-with-gender-quotas-for-boards/> Acesso em 26 de agosto de 2021.

OCDE. 3 - **The role of blended finance in the coronavirus (COVID-19) crisis response and recovery in least developed countries**. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2020a. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/a56ad021-en/index.html?itemId=/content/component/a56ad021-en#section-d1e4359> Acesso em 13 de setembro de 2021.

OCDE. 5 - **Blended finance in least developed countries in practice: guest contributions**. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2020b. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/af1738af-en/index.html?itemId=/content/component/af1738af-en#section-d1e9609> Acesso em 13 de setembro de 2021.

OCDE. **A educação no Brasil**- uma perspectiva internacional. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf Acesso em 22 de agosto de 2021.

OCDE. **Blended finance** - Mobilising resources for sustainable development and climate action in developing countries. Policy perspectives, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/cgfi/forum/Blended-finance-Policy-Perspectives.pdf> Acesso em 13 de setembro de 2021.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Small goes digital: How digitalization can bring about productive growth for micro and small enterprises**. Geneva: OIT, 2021a. Disponível em: https://www.ilo.org/empent/units/boosting-employment-through-small-enterprise-development/WCMS_808632/lang--en/index.htm. Acesso em: 2 de ago. 2021.

OIT. **Value Chain Development for Decent Work** - A systems approach to creating more and better jobs. Organização Internacional do Trabalho, Terceira edição, 2021b. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---ifp_seed/documents/publication/wcms_434362.pdf Acesso em 22 de agosto de 2021.

OIT. **Promoting employment and decent work in a changing landscape**. Addendum to the 2020 General Survey, International Labour Conference 109th Session, 2021c. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_775883.pdf Acesso em 22 de agosto de 2021.

OIT. **Reducing the youth unemployment in Brazil: a practical approach**. 2021d. Disponível em: https://www.ilo.org/global/research/publications/WCMS_776390/lang--en/index.htm Acesso em 22 de agosto de 2021.

OIT. **Global Employment Policy Review 2020:** Employment policies for inclusive structural transformation. Geneva: OIT, 2020a. Disponível em: https://www.ilo.org/employment/Whatwedo/Publications/WCMS_734489/lang--en/index.htm. Acesso em: 5 de ago. 2021.

OIT. **The impact of the COVID-19 pandemic on jobs and incomes in G20 economies.** [s.l.] International Labour Organization, 2020b. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---cabinet/documents/publication/wcms_756331.pdf Acesso em: 13 ago. 2021

OIT. **Trabalhadores jovens serão duramente atingidos pelas consequências econômicas da COVID-19.** 2020c. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_741875/lang--pt/index.htm Acesso em 22 de agosto de 2021.

OKUMURA, M. et al. **La economía plateada en América Latina y el Caribe:** El envejecimiento como oportunidad para la innovación, el emprendimiento y la inclusión. Banco Interamericano de Desarrollo, 2020.

O'NEILL, Jennifer et al. Applying an equity lens to interventions: using PROGRESS ensures consideration of socially stratifying factors to illuminate inequities in health. **Journal of clinical epidemiology**, v. 67, n. 1, p. 56-64, 2014.

ONU MUJERES. **ONU Mujeres, OIT y CEPAL proponen una “canasta básica” para superar la brecha digital entre hombres y mujeres.** 2021. Disponível em: <https://lac.unwomen.org/es/noticias-y-eventos/articulos/2021/03/cepal-onu-mujeres-proponen-canasta-basica-digital> Acesso em 26 de agosto de 2021.

ONU. **Reimaginar as Competências dos Jovens num Contexto Pós-Pandemia.** 2021. Disponível em: <https://unric.org/pt/reimaginar-as-competencias-dos-jovens-num-contexto-pos-pandemia/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

ORGANIZAÇÃO GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Pesquisa SEM PARAR** - O trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf Acesso em 26 de agosto de 2021.

OXFAM. **BLENDED FINANCE** - What it is, how it works and how it is used. 2017. Disponível em: https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/rr-blended-finance-130217-en.pdf Acesso em 16 de setembro de 2021.

OXFAM. **Pandemia de coronavírus reforça desigualdades da população mais vulnerável.** 29 abr. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/pandemia-de-coronavirus-reforca-desigualdades-da-populacao-mais-vulneravel/> Acesso em 28 de agosto de 2021.

OXFAM. **Qual o futuro dos jovens no pós-pandemia?** Entenda. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/futuro-dos-jovens/>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

PACTO GLOBAL. **Equidade É Prioridade:** Étnico Racial. 2021a. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/equidade-e-prioridade-etnico-racial> Acesso em 22 de agosto de 2021.

PACTO GLOBAL. **Equidade É Prioridade:** Gênero. 2021b. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/equidade-e-prioridade-genero> Acesso em 26 de agosto de 2021.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C.; VASCONCELOS, M. **VULNERABILIDADES DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Nota Técnica 75, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, Junho de 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10077/1/NT_75_Disoc_Vulnerabilidades%20das%20Trabalhadoras%20Domesticas.pdf Acesso em 26 de agosto de 2021.

PINHEIRO, R. Aprovado aumento de limite de faturamento para MEI. **Rádio Senado**. 12 de ago. de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/08/12/aprovado-aumento-de-limite-de-faturamento-para-mei>. Acesso em: 17 de ago. 2021.

PIRES, F. 3 estratégias dos EUA para incentivar a inclusão de minorias nos pequenos negócios. **Pequenas Empresas & Grandes Negócios**, 2017. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Administracao-de-empresas/noticia/2017/05/3-estrategias-dos-eua-para-incentivar-inclusao-de-minorias-nos-pequenos-negocios.html>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

PRATES, I.; BARBOSA, R. (coord.). Nota técnica no. 3: Na crise, homens negros e mulheres negras são os mais vulneráveis. Mas surgem “novos vulneráveis”, homens brancos e mulheres brancas em serviços não essenciais. **Rede de Pesquisa Solidária em Políticas Públicas e Sociedade**, Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade, Boletim 3, 24 de abril de 2020a. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/05/boletim3.pdf>. Acesso em 12 ago. 2020.

PRATES, I.; BARBOSA, R. J. (coord.). Nota Técnica No. 5: Dificuldades com aplicativo e não uso da rede de proteção atual limitam acesso ao auxílio de emergência. **Rede de Pesquisa Solidária em Políticas Públicas e Sociedade**, Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade, Boletim #5, 8 de maio de 2020b. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/05/boletim5.pdf>. Acesso em 18 ago. 2021.

PRIMEO. **Orientação para o primeiro emprego**. 2021. Disponível em: <http://www.primeo.com.br/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

RECUPERAÇÃO econômica e social pós Covid-19. Painel Instituto Impacta Mais, 2021. Disponível em: <https://impactamais.impactvc.com.br/school/videos/953> Acesso em 22 de agosto de 2021.

REDE MULHER EMPREENDEDORA. **Quem somos**. 2021. Disponível em: <https://rme.net.br/redemulherempreendedora/> Acesso em 26 de agosto de 2021.

REZENDE, F. **Crise na educação básica pode afetar mercado de trabalho por 20 anos**. 2021. Disponível em: <https://exame.com/bussola/crise-na-educacao-basica-pode-afetar-mercado-de-trabalho-por-20-anos/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

RIO DE JANEIRO. **Prefeitura faz ação de inclusão em Manguinhos com o Programa Favela com Dignidade**. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-faz-acao-de-inclusao-em-manguinhos-com-o-programa-favela-com-dignidade/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

ROCHA, F. H. E. **Desigualdade na pandemia**: a realidade das favelas brasileiras. Observatório das Desigualdades, 2020. Disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1110>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

ROMEIRO, V. (Coord.) **Uma nova economia para uma nova era:** elementos para a construção de uma economia mais eficiente e resiliente para o Brasil. WRI Brasil, 2020. Disponível em: https://wribrasil.org.br/sites/default/files/af_neb_synthesisreport_digital.pdf. Acesso em: 18 de ago., 2021.

ROSAS, H. **Jovens:** inserção no mercado de trabalho, pandemia e o ensino profissionalizante. 2021. Disponível em: <https://www.futura.org.br/jovens-no-mercado-de-trabalho-pandemia-e-o-ensino-profissionalizante/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

SAGET, C.; VOGT-SCHILB, A.; LUU, T. **El empleo en un futuro de cero emisiones netas en América Latina y el Caribe.** Washington D.C. e Genebra: Banco Interamericano de Desarrollo y Organización Internacional del Trabajo, 2020. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/El-empleo-en-un-futuro-de-cero-emisiones-netas-en-America-Latina-y-el-Caribe.pdf>. Acesso: 9 de ago. 2021.

SÁINZ, J.; SANZ, I.; CAPILLA, A. **Efeitos na Educação Iberoamericana:** um ano após a COVID-19. Organização de Estados Iberoamericanos (OEI), 2021.

SANDERS, C; LEACHMAN, M.; WILLIAMS, E. **3 Principles for an Antiracist, Equitable State Response to COVID-19** — and a Stronger Recovery. Center on Budget and Policy Priorities, 2021. Disponível em: <https://www.cbpp.org/research/state-budget-and-tax/3-principles-for-an-antiracist-equitable-state-response-to-covid-19> Acesso em 22 de agosto de 2021.

SATO, A.; LANCMAN, S. **Public policies and the insertion of old people in the labor market in Brazil.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 23, n. 6, 2020.

SCHYMURA, L. G. Políticas que facilitam o ingresso no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Conjuntura Econômica.** Agosto 2021. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-08/08ce2021_carta_do_ibre.pdf. Acesso em: 08, Agosto, 2021.

SEMESP. **EMPREGABILIDADE E ENSINO SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA.** Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/estudo-sobre-empregabilidade-e-ensino-superior-durante-a-pandemia/> Acesso em 22 de agosto de 2021.

SILVA, JOANA ET AL. **Emprego em Crise:** Trajetória para Melhores Empregos na América Latina Pós-COVID-19. ESTUDOS DO BANCO MUNDIAL SOBRE A AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2021. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35549/9781464816925.pdf?sequence=14> Acesso em 22 de agosto de 2021.

SILVA, M. F. O.; PEREIRA, F. S.; MARTINS, J., V. B. **The Brazilian Bioeconomy in figures.** BNDES Setorial, n.47, Março 2018. p.277-332. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15383/1/BS47_Bioeconomia_FECHADO.pdf. Acesso em: 13 Set. 2021.

SONNET, A.; OLSEN, H.; MANFREDI, T. **Towards More Inclusive Ageing and Employment Policies:** The Lessons from France, The Netherlands, Norway and Switzerland. De Economist (2014) 162:315–339. Disponível em: <https://www.oecd.org/els/emp/Towards-More-Inclusive-Ageing-and-Employment-Policies.pdf> Acesso em 28 de agosto de 2021.

TFCC - TOM FLEMING CREATIVE CONSULTANCY. **A economia criativa brasileira:** Análise da Situação e Avaliação do Programa de Empreendedorismo Social e Criativo Financiado pelo Newton Fund. 2019. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/brasil_economia_criativa_online2-fg.pdf Acesso em: 15 Set. 2021.

TINOCO, D., Pellegrino A. P. **Na porta de saída, a entrada no trabalho:** políticas para a expansão do emprego de presos e egressos no Rio de Janeiro. ARTIGO ESTRATÉGICO 38, Instituto Igarapé, 2018. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Na-porta-de-saida-a-entrada-no-trabalho-pessos-e-egressos.pdf> Acesso em 22 de agosto de 2021.

VAHDAT, V. S. et al. **Inclusão Produtiva no Brasil: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda.** Brasília: Instituto Veredas, 2019. Disponível em: <http://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil/>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

VAHDAT, V. S. et al. **O Futuro da Inclusão Produtiva: da emergência social aos caminhos pós-pandemia.** Brasília: Instituto Veredas, 2020. Disponível em: https://9b4d822d-5bf4-4f84-a59e-d66453e82643.filesusr.com/ugd/63eaa2_183a77da313e42e08260d14c14215935.pdf. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

VENTURI, J. Moradores de favelas perdem emprego e veem apps de entregas como fonte de renda. **CNN**, São Paulo, 1 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/moradores-de-favelas-perdem-emprego-e-veem-apps-de-entregas-como-fonte-de-renda/>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

VIANA, D. Só haverá recuperação se houver estímulo, diz Joseph Stiglitz, Nobel de Economia. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 de fev. de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/02/19/so-havera-recuperacao-se-houver-estimulo-diz-joseph-stiglitz-nobel-de-economia.ghtml>. Acesso em: 4 de ago. 2021.

WILLER, H.; LERNOUD, J. **The World of Organic Agriculture Statistics and Emerging Trends 2019.** Frick e Bonn: Research Institute of Organic Agriculture - FIBL / Organics International - IFOAM. 2020. Disponível em: <https://orgprints.org/37018/1/willer-lernoud-2019-world-of-organic-low.pdf>. Acesso em: 17 de ago. de 2021.

YOUTH VOICES BRASIL. **JUVENTUDE EMPREGADA:** evidências e práticas. Disponível em: <https://www.politize.com.br/wp-content/uploads/2021/04/VF--Juventude-empregada-evidencias-e-praticas.pdf> Acesso em 22 de agosto de 2021.

Realização



Cofinanciamento



UNIÃO EUROPEIA